

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 - Série VII - N.º 443
1 de Julho de 1982

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa

Festa do «Avante!» sexta, sábado e domingo



**Todos os caminhos
vão dar à Ajuda**

Suplemento / **Avante!**

ALBUFEIRA
a quanto obrigas
e só SESIMBRA
sabe disso... (pág. 49)

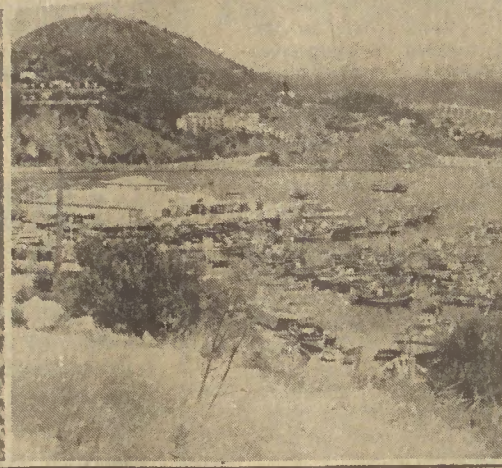
BANCA:
Como se não houvesse
outro remédio! (pág. 41)

O LÍBANO
e certa imprensa
muito "independente" (pág. 10)

**A saúde
e a Ordem
dos Médicos**
(pág. 23)

Ler no Suplemento

A saúde e a Ordem dos Médicos • O analfabetismo e o 25 de Abril • Indústria Naval • Banca • A desvalorização do escudo • Reportagem em Sesimbra e Albufeira • A proposta do Líbano • Um francês no espaço • Guerra? • Evocação de Clara Zetkin • Crónica de Televisão • Síntese Semanal da Imprensa • Pontos Cardeais



**As últimas
novidades
sobre
a Festa!**

(Págs. 4/5/6)

SEMANA

23

Quarta-feira



Reynaldo Bignone

A Comissão Política do PS decide retirar a confiança política a Salgado Zenha, suspendendo-o da presidência do grupo parlamentar e mover-lhe um processo disciplinar ■ Milhares de trabalhadores da indústria naval manifestam-se em S. Bento contra a política da AD para o sector ■ A Convenção Nacional Democrática anuncia em Lisboa a próxima realização, em vários pontos do País, de colóquios sobre a revisão constitucional ■ O Exército assume isoladamente o controlo do Governo na Argentina, designando para presidente da República o general na reserva Reynaldo Bignone ■ Dois médicos holandeses que estiveram detidos num campo de prisioneiros do Líbano, denunciam em Oslo que os soldados israelitas torturam cruelmente os prisioneiros palestinianos; entretanto Begin regressa dos EUA, onde encontrou total apoio para a invasão do Líbano ■ As estatísticas da CEE anunciam que o desemprego continua a aumentar nos países da Comunidade.

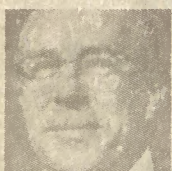
24

Quinta-feira

Noventa físicos portugueses entregam na Assembleia da República um apelo para que a Constituição inclua «um artigo proibindo o depósito e trânsito de armas nucleares de qualquer tipo em território nacional» ■ A direcção do PSD decide instaurar processos disciplinares a Natália Correia e Jaime Ramos ■ A RN anuncia novas greves de transportes para os dias 29 de Junho, 1.º, 5.º e 7.º de Julho ■ Delegações do PS, ASDI e UEDS pronunciam-se conjuntamente pela realização de eleições gerais antecipadas após a revisão constitucional e criticam a actuação do PR ■ O chanceler alemão Helmut Schmidt rejeita a participação da RFA numa guerra comercial contra a URSS e critica a decisão americana de boicotar a construção do gasoduto euro-siberiano ■ Washington e Tel-Aviv rejeitam as propostas de cessar-fogo da OLP, enquanto aumentam os ataques sionistas a Beirute.

25

Sexta-feira



O sucessor de Haig

A União dos Sindicatos do Porto afirma ir editar em breve um «Livro Branco» acerca dos trágicos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto ■ Pinto Balsemão anuncia no final de uma reunião dos líderes da «AD» que os deputados não irão «para férias sem a revisão constitucional estar cumprida em prazos razoáveis» ■ O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros admite em Lisboa que os Estados Unidos não são aliados da «AD» ■ Por divergências com a administração Reagan, demite-se o secretário de Estado Alexander Haig; o seu substituto é George Schultz ■ Moçambique comemora o sétimo aniversário da sua independência ■ O presidente designado para a Argentina reúne com representantes de partidos políticos, a quem afirma a sua disposição de levantar as interdições políticas existentes no país já no próximo mês.

26

Sábado



O veto americano

Morre em Lisboa o conhecido fadista Alfredo Marceneiro, que contava 91 anos ■ O PS promove em Almada uma Convenção Autárquica, na abertura da qual Mário Soares faz inúmeras críticas ao Governo «AD» para concluir que o mesmo só deve ser demitido depois da revisão (in)constitucional da Constituição ■ A Comissão Unitária de Mulheres do Porto promove uma manifestação na baixa da capital nortenha onde é exigida a demissão do Governo «AD» ■ O veto dos Estados Unidos impede uma vez mais a aprovação de uma proposta do Conselho de Segurança das Nações Unidas exigindo a retirada de Israel do Líbano; entretanto, a Internacional Socialista condena energicamente a invasão sionista, ao mesmo tempo que começa uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos 21 países da Liga Árabe sobre a situação no Líbano.

27

Domingo

Jaime Gama afirma em Almada que as eleições legislativas antecipadas não devem ocorrer depois das autárquicas ■ O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais promove no LNEC um debate sobre a problemática da adesão de Portugal à CEE ■ Pinto Balsemão inicia uma visita oficial a Moçambique ■ A Assembleia Geral da ONU aprova uma resolução pedindo que Israel retire as suas tropas do Líbano; Israel e os EUA votaram contra, ignorando os próprios protestos dos israelitas que, em número superior à dezena de milhar, exigiram em Tel-Aviv o fim da guerra contra o Líbano e a OLP ■ A polícia francesa espanca ecologistas que se manifestavam perto da fronteira belga protestando contra a construção de uma central nuclear.

28

Segunda-feira

Segundo a ANOP, Basílio Horta vai propor ao Conselho de Ministros a denúncia do acordo de pesca luso-espanhol de 1969, medida que as autoridades espanholas consideram «preocupante» para os interesses espanhóis, claro ■ O embaixador da África do Sul divulga uma declaração que constitui uma grave ingerência nos assuntos internos portugueses; o embaixador permite-se condenar o que chama «licença» para a realização em Lisboa da Conferência de Solidariedade com os Países da Linha da Frente ■ Samora Machel exprime a Balsemão a vontade de Moçambique em cooperar com Portugal ■ Começa em Bruxelas uma cimeira de dois dias da CEE, marcada pelo confronto dos parceiros europeus com a administração Reagan, acusada de querer impor unilateralmente a sua política ■ Israel lança do novo panfletos sobre Beirute ameaçando a população que não se decidir a partir com ataques ainda mais mortíferos.

29

Terça-feira

Trabalhadores científicos debatem em Lisboa os efeitos das armas nucleares ■ Greve da RN paralisa mais de 75 por cento da frota de autocarros durante todo o dia ■ O CR envia para apreciação a Comissão Constitucional a lei do recenseamento eleitoral, que suscitou dúvidas quanto a sua constitucionalidade ■ O comunicado final da cimeira da CEE afirma que «o sistema do livre comércio internacional será extremamente afectado se prosseguir a actual política comercial norte-americana» ■ Começam em Genebra as negociações americano-soviéticas sobre a redução de armas estratégicas ■ Seis dos oito países latino-americanos que costumam fazer exercícios conjuntos com a Marinha dos Estados Unidos recusam participar este ano nas manobras, devido à posição tomada pelos EUA na guerra das Malvinas; os únicos países que alinharam foram o Chile e a Colômbia.

Editorial

PARA O ABCESSO DA CRISE BISTURI INSTITUCIONAL

Dois abcessos em adiantado estado de maturação infectam perigosamente a situação portuguesa actual e reclamam com urgência o bisturi institucional. São eles,

- o súbito agravamento da já desastrosa crise económica e financeira por efeitos da leviana desvalorização do escudo, com reflexos imediatos nos preços e nos salários, logo, nas condições de vida do Povo português, além de graves incidências em sectores nevralgicos da economia nacional, e
- o agravamento da crise política centrado no processo de revisão da Constituição o qual confirma e corporiza os perigos e ameaças da destruição do regime democrático resultantes do conluio de Mário Soares e do seu grupo à frente do PS com a «AD».

O bisturi institucional que referimos é simplesmente o acionamento dos mecanismos constitucionais previstos e possíveis para a demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral que há muito perdeu toda a legitimidade política e eleitoral como força governante.

Este Governo não exprime a vontade da maioria do Povo português, mas sim a vontade de uma minoria antipopular e antinacional de monopolistas e latifundiários.

Cada dia que passa no proletariado daquela patriótica operação de cirurgia institucional agrava a situação do País, torna mais difícil a recuperação, degrada as instituições democráticas, leva água aos molinhos da reacção e do fascismo que preparam com a revisão da Constituição um golpe subversivo contra a democracia.

O Povo português, as forças democráticas e patrióticas, têm meios e forças suficientes para travar este processo e infligir uma decisiva derrota aos inimigos de Abril e aos seus estranhos aliados.

A condição basilar para isso é a resoluta iniciativa política no plano das instituições e a intensificação do movimento popular e democrático de massas em todas as frentes e nas formas mais diversas.

A desvalorização do escudo, as condições que a determinaram e a escala em que foi processada põem a nu o carácter mistificador dos governantes «AD» e a levandade com que encaram operações e processos altamente lesivos da economia nacional.

A quem aproveitou e quem se quis servir com esta nova quebra do valor da nossa moeda?

O escudo foi desvalorizado numa escala e em condições que se impõe aclarar com urgência.

Por detrás desta ruinosa operação monetária desenharam-se interesses de grupo de uma camarilha financeira que joga em pleno na reconstituição dos monopólios em Portugal e promovem-se distorções económicas e financeiras que colocam em grave risco a economia nacional e as próprias condições de subsistência do Povo português, em particular dos trabalhadores e das classes e camadas médias da população.

A operação «desvalorização» é, como a sabotagem das empresas públicas e nacionalizadas, parte de uma ofensiva mais vasta contra as conquistas da Revolução de Abril.

O Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral comporta-se como um dócil instrumento desses interesses de grupo. No seu seio, em pontos-chaves do aparelho de Estado, verdadeiros e conhecidos testas de ferro dos antigos grupos monopolistas que dominavam a economia portuguesa no passado fascista, promovem medidas de sentido inequívoco cujos objectivos não são comprovadamente a recuperação económica e financeira do País nem o melhoramento das condições de vida do Povo português mas o pleno restabelecimento da supremacia do grande capital monopolista sobre a economia nacional.

Sacudir para a rua este Governo, retirar a «AD» da área do Poder, são medidas de profilaxia política e social que a situação crítica do País impõe de maneira inadiável.

Sabe-se como sob o Governo «AD»/Balsemão/Freitas a crise económica e financeira atingiu um grau de deterioração jamais verificado depois do 25 de Abril.

Delegações do PCP na URSS Checoslováquia e Bulgária

A delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, constituída por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado e Abílio Martins, membro do Comité Central, terminou a sua visita à União Soviética no dia 24 de Junho.

Conforme o «Avante!» já noticiou, realizou-se no dia 21 de Junho um encontro da delegação do PCP com L.I. Brejnev, Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética e Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS que estava acompanhado por B.N. Ponomarev, membro suplente do Bureau Político do PCUS, V. V. Zagladine, membro do CC do PCUS e primeiro Vice-Director da Secção Internacional do PCUS e A. I. Biatov, colaborador do Secretário-Geral do PCUS.

Nesse e noutros encontros foi dada uma informação recíproca acerca da actividade dos dois partidos e foram examinados, em conjunto, os problemas relativos à situação internacional, à unidade do movimento comunista e das forças anti-imperialistas, ao desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o PCP e o PCUS.

A delegação do PCP visitou os trabalhos de urbanização e construção da cidade de Moscovo e a República Socialista Soviética da Bielorrússia sendo recebida no Comité Central do Partido Comunista da Bielorrússia e tendo visitado instalações industriais e agrícolas, os memoriais históricos de Katyn e do Monte da Glória e o Museu da Grande Guerra Patria.

A visita da delegação do PCP à URSS insere-se nas fraternais relações de cooperação existentes de há muito entre os dois partidos.

XII Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia

Realizou-se entre os passados dias 26 e 29 de Junho, em Belgrado, o XII Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, em cujos trabalhos participou, em nome do PCP, o camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado.

O Comité Central do PCP enviou, entretanto, ao Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia uma saudação na qual, nomeadamente, se afirma:

«O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente, em nome dos comunistas portugueses, o XII Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e, por seu intermédio, os comunistas, a classe operária e os povos da República Socialista Federativa da Jugoslávia.

«Os comunistas portugueses seguem com grande atenção o labor dos comunistas jugoslavitas em prol do bem-estar material e espiritual dos povos do seu país. Fazemos votos para o êxito dos seus trabalhos no sentido da consolidação e desenvolvimento da sociedade socialista na RSFJ e no interesse da causa do progresso social e da paz no mundo.

«Ao abordar a situação internacional e as complexas tarefas que se colocam aos comunistas e às forças progressistas e amantes da paz, o nosso Partido põe em evidência as vitórias históricas alcançadas pelos trabalhadores e os povos, vitórias que constituem outros tantos golpes vibrados nas posições do imperialismo, e que nos permitem encarar com optimismo e confiança o futuro da Humanidade.

Agravam-se numa escala sem precedentes os défices da Balança Comercial, da Balança de Transacções Correntes, do Orçamento Geral do Estado; aumenta para cifras astronómicas a Dívida Externa em condições tais que põem em causa a própria solvência do País.

Por outro lado a subida das taxas de juro e as crescentes restrições ao crédito constituem factores de ruína e de estagnação das actividades económicas e produtivas.

Acumulam-se os stocks de produtos fabricados em numerosas fábricas, a quebra do poder de compra das massas é um factor de paralisia no mercado nacional.

A dinâmica da ruinosa integração na CEE, declarada pelo Primeiro-Ministro como «opção política fundamental», domina o comportamento dos governantes.

A desvalorização do franco francês, inserida na crise do sistema monetário, como parte integrante da crise mais geral do sistema capitalista, foi aproveitada para um novo golpe na economia portuguesa em proveito de um punhado de grandes capitalistas.

O super-ministro Salgueiro, antigo homem da CUF dos Mellos, que faz no dia seguinte o que peremptoriamente diz na véspera não fazer, justifica a desvalorização do escudo ainda em mais de 3,5% do que a do franco francês, como uma necessidade de incremento das exportações. Isto é um mito sem base, uma acrobacia do super-ministro.

A indústria têxtil sabe-se como os Mellos têm absorvido umas atrás das outras numerosas empresas fabris do ramo e sabe-se também como no mercado da CEE se fecham portas aos produtos têxteis portugueses. Numerosas unidades fabris encerram os portões, como é o caso da Covilhã e da corda do Ave, milhares de operários e operárias são lançados no desemprego total ou parcial.

Os Mellos da antiga CUF podem, pela mão tecnocrática de Salgueiro, escoror ou diminuir os seus stocks, mas numa operação que não traz à economia do País a mínima compensação para os danos que a desvalorização provoca.

Sabe-se que nos nossos produtos exportáveis a incorporação de componentes estrangeiros importados atinge os 40% — quer dizer, o que se paga a mais ao estrangeiro com a nossa moeda desvalorizada não compensa o que se possa vender a mais no mercado externo.

O facto — citado por economistas insuspeitos — de a desvalorização do escudo ter sido maior em relação ao marco e ao dólar, precisamente dos dois países principais fornecedores de Portugal — RFA e Estados Unidos — provoca inevitavelmente o aumento do custo das importações numa escala muito vasta.

Por outro lado a desvalorização do escudo agravará, automaticamente, através da subida dos preços dos produtos importados e incorporados nos nossos produtos de exportação, o processo inflacionista. A taxa de inflação era já em fins de Maio superior a 25,5% apesar do cufista Salgueiro continuar a afirmar que ele se mantém nos 17%.

A medida de congelamento dos preços, decretada pelo ministro até fins de Julho, é uma utopia que a vida desmente cada dia.

A subida imediata dos combustíveis arrastou o agravamento imediato dos custos dos factores de produção e os trabalhadores e portuguesas de mais baixos rendimentos vêem todos os dias pularem os preços dos produtos de primeira necessidade, que só na alimentação e bebidas acusavam em fins de Maio uma subida de 29,6%.

Cada vez mais a primeira medida de saneamento económico e de travagem da crise é correr com a «AD» e o seu Governo de Balsemão e Freitas das cadeiras do Poder.

Ao mesmo tempo a ofensiva contra os poderes constitucionais actuais do Presidente da República pela via da revisão constitucional desenvolve-se no meio do recrudescimento e da maior virulência da guerrilha institucional contra aquele órgão de soberania e contra o Conselho da Revolução.

O conluio «AD»-PS/Mário Soares revela todo o seu carácter na acção concertada para a destruição destes importantes baluartes do regime democrático.

Neste sentido a linguagem de um Jaime Gama e de um José Luís Nunes na linha definida por Mário Soares contra o Presidente da República em nada se distingue da dos «bal-

cretariado do CC. Visitou em Bratislava, a fábrica de produtos químicos Jorge Dimitrov, uma cooperativa agrícola, a Escola Superior Política do CC do PC da Checoslováquia.

No CC da Eslováquia encontrou-se com Jan Janik, membro da presidência e do Secretariado daquele Partido. No Conselho Central do Sindicato da Checoslováquia teve um encontro com Václav Bezel, vice-presidente daquela organização sindical, Víkozik, membro do Secretariado e E. Grochel responsável pela secção cultural. Igual encontro teve com o Conselho Central dos Sindicatos da Eslováquia.

A estadia permitiu à delegação do PCP compreender melhor a organização, o trabalho e o importante papel dos sindicatos checoslovacos na vida da quele país, na defesa dos interesses do Povo.

A delegação do PCP encontrou-se com uma delegação do PC da Checoslováquia dirigida por J. Palednik, membro do Se-

reforço da luta libertadora dos povos de África, Ásia e América Latina assumem neste contexto um papel determinante.

«O PCP exprime o seu apoio e solidariedade a todos os povos em luta pela liberdade, a independência, o progresso social e o socialismo.

«O PCP, guiando-se pelos

diversão e de divisão que entretanto possam desencadear-se».

Depois de um apelo ao reforço das estruturas representativas dos trabalhadores da empresa e à manutenção da confiança no movimento sindical unitário, a Concelhia «exige a todos os seus militantes que, aproveitando a experiência colhida nesta luta, se empenhem

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 553908

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345

DISTRIBUIÇÃO: CCL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828-779825-769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 553908

semistas», dos «críticos», dos Júdice, dos Freitas do Amaral e outros «amiguinhos» do 25 de Abril.

No terreno da comunicação social e neste aspecto quase não se distingue a baba antidemocrática da folha fascista da sr.ª Vera Lagoa do conspicuo Jornal «democrático» do sr. João Gomes.

De facto na guerrilha institucional contra o PR o «PH» é o «Diabo» com capa de democrata.

O agravamento da crise política centrada na revisão constitucional é o sintoma mais revelador e a prova mais provada de que o conluio do PS/Mário Soares com a «AD» para a supressão de disposições garantidas das conquistas de Abril, encontra a crescente resistência não só das massas populares, de todos os democratas e patriotas, mas suscita, também entre aqueles mesmos sobre quem vai recair as responsabilidades do atentado que se projecta contra a democracia, profundas divisões e mal-estar.

As alterações à Constituição que preconizam o desaparecimento do Conselho da Revolução, ponto essencial dos projectos revisionistas dos inimigos do 25 de Abril, estão nos propósitos dos seus autores para os dias mais próximos.

A «AD» toma disposições para a revisão acelerada da Constituição nos termos da cabala com o PS/Mário Soares.

É compreensível que toda esta conspirata provoque profundas divisões, mal-estar, acirramento de contradições no seio dos partidos empenhados em tal cabala e numa forma visível nos seus grupos parlamentares. O caso PPP é mais um dado secundário e mais uma cortina de fumo para ocultar as verdadeiras razões de fundo das dissensões internas do PS e dos partidos da «AD».

Na acesa batalha política da revisão constitucional definem-se com clareza os amigos e os inimigos da democracia, os que estão interessados em defender e os que querem subverter Abril, os que fazem o jogo do grande capital e do imperialismo e dos que não querem abdicar do seu amor à democracia e ao novo País nascido do Abril dos Capitães.

No agudo contencioso que opõe a democracia à reacção e ao fascismo na hora actual é imperioso distinguir quem está a favor e quem está contra, quem ainda não soube encontrar força e decisão política para se opor à ofensiva reacçãoária embora o deseje e quem são os aliados e os adversários do largo projecto democrático que tem por si a força invencível do movimento operário e popular.

A nível dos órgãos de soberania não controlados pela «AD» as indecisões quanto a uma firme tomada de posição podem comprometer os destinos imediatos do regime democrático.

Cada vez se torna mais evidente que a única grande força da reacção no momento actual é o domínio pela «AD» do Governo e da maioria parlamentar. Hoje um fenómeno visível para quem o quer ver é o da drástica redução da base política, social e eleitoral da «AD», a sua transformação numa força francamente minoritária na sociedade portuguesa.

É também evidente que a força decisiva de intervenção política dos órgãos de soberania não controlados pela «AD» — o PR e o CR — só existe, independentemente do inegável apelo popular, em inerência com os cargos, com a sua efectividade institucional e no quadro actual da Constituição da República.

O movimento popular e democrático de massas não é um apêndice mas a força e o factor determinantes do sucesso de qualquer projecto democrático. Estar com as massas populares com a sua vontade, com as suas aspirações fundamentais é a base segura de uma necessária e possível derrota das forças reacçãoárias e do triunfo da democracia e dos ideais libertadores de Abril.

A demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas, a dissolução da AR, a formação de um governo de gestão idónea e a convocação de novas eleições são as medidas que cada vez mais se apontam como únicas capazes de abrir uma saída para a crise e tornar possível uma alternativa democrática ao actual estado da sua política.

ressos dos trabalhadores e do socialismo.

A visita contribuiu para estreitar ainda mais os laços de amizade, solidariedade e cooperação que há muito existem entre o PCP e o PCCh.

De 21 a 26 de Junho visitou a República Popular da Bulgária, um grupo de estudo do PCP, no domínio da agricultura, dirigida por Miguel da Conceição João, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Santarém e que integrava ainda José Francisco Brejo, presidente da UCP «Cravos Vermelhos», a Mota e Albino Reis, operários agrícolas.

A delegação do PCP foi recebida pelo camarada Fédini, chefe de Departamento da Agricultura junto do Comité Central.

Ao longo da sua estadia, a delegação teve diversos encontros com dirigentes e activistas do PCB e oportunidade de entrar

princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, continuará a agir pelo fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional e o reforço da amizade e solidariedade recíproca das grandes forças de transformação social da nossa época: os países socialistas, o movimento

operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

«Tal é de fundamental importância para derrubar os projectos de agressão e de guerra do imperialismo e assegurar o prosseguimento vitorioso do processo revolucionário e a paz no mundo».

Por último, a Concelhia da Figueira da Foz «denuncia a actuação fascizante do sr. Moreira dos Santos, que é também vereador», ao intervir no conflito da Vidreira chamando a PSP, «cuja presença era desnecessária conforme ficou demonstrado» é do conhecimento geral.

em contacto directo com a realidade socialista da Bulgária.

Encontrou-se com Inani Tassev, vice-presidente da União Nacional das Cooperativas e visitou o distrito de Silistra e Rasgrad onde foi recebida respectivamente pelo 1.º Secretário da Comissão Distrital do Partido e pelo vice-secretário do Partido do Departamento de Agricultura.

Ainda em Rasgrad visitou o município, uma brigada de trabalho e uma vacária. Participou no Festival do Início das Colheitas e visitou o Museu e a Casa de Dimitrov em Sofia.

Esta visita realizada no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PCB, permitiu ao grupo de estudo um melhor conhecimento da organização do trabalho agrícola e do papel das brigadas de trabalho na vida agrícola da Bulgária.

num reforço total da Organização».

Por último, a Concelhia da Figueira da Foz «denuncia a actuação fascizante do sr. Moreira dos Santos, que é também vereador», ao intervir no conflito da Vidreira chamando a PSP, «cuja presença era desnecessária conforme ficou demonstrado» é do conhecimento geral.

num reforço total da Organização».

Por último, a Concelhia da Figueira da Foz «denuncia a actuação fascizante do sr. Moreira dos Santos, que é também vereador», ao intervir no conflito da Vidreira chamando a PSP, «cuja presença era desnecessária conforme ficou demonstrado» é do conhecimento geral.

num reforço total da Organização».

Por último, a Concelhia da Figueira da Foz «denuncia a actuação fascizante do sr. Moreira dos Santos, que é também vereador», ao intervir no conflito da Vidreira chamando a PSP, «cuja presença era desnecessária conforme ficou demonstrado» é do conhecimento geral.

num reforço total da Organização».

Por último, a Concelhia da Figueira da Foz «denuncia a actuação fascizante do sr. Moreira dos Santos, que é também vereador», ao intervir no conflito da Vidreira chamando a PSP, «cuja presença era desnecessária conforme ficou demonstrado» é do conhecimento geral.

num reforço total da Organização».

Por último, a Concelhia da Figueira da Foz «denuncia a actuação fascizante do sr. Moreira dos Santos, que é também vereador», ao intervir no conflito da Vidreira chamando a PSP, «cuja presença era desnecessária conforme ficou demonstrado» é do conhecimento geral.

num reforço total da Organização».

Por último, a Concelhia da Figueira da Foz «denuncia a actuação fascizante do sr. Moreira dos Santos, que é também vereador», ao intervir no conflito da Vidreira chamando a PSP, «cuja presença era desnecessária conforme ficou demonstrado» é do conhecimento geral.

num reforço total da Organização».

Assembleia da República

Começou já o ataque à Constituição na AR

Mais de 200 mil assinaturas em defesa de uma revisão constitucional

Embora não estejamos ainda no cerne da revisão contratada entre a 'AD' e o PS, bem podemos dizer que começamos agora a penetrar nas primeiras linhas de defesa do baluarte.

Estas palavras do camarada Veiga de Oliveira sublinharam na terça-feira passada o início do debate, na Assembleia da República, das alterações ao Artigo 80.º da Constituição. Entrava-se desse modo na revisão da Parte II da Constituição da República, respeitante à Organização Económica.

Toda a gente sabia do significado importante das alterações em discussão. Aliás pode considerar-se esse momento como um dos momentos até agora raros e privilegiados em que a maioria dos deputados estão conscientes do que se debate. Porque, a maioria das vezes, os trabalhos da revisão têm sido, no plenário, trabalhos de especialidade, feitos a correr, ficando ainda no segredo dos participantes na anterior comissão eventual, o significado e a importância de cada artigo, de cada alínea, de cada número que é votado.

Até hoje, como temos dito, bastantes questões polémicas têm sido «afastadas» do debate, baixando à comissão, adiante assim as posições públicas dos partidos que já falam com descaramento da «nova» Constituição que a 'AD' e o PS cozinham, revelando-se agora «felizes» pelos acordos celebrados, como o fez Almeida Santos ao procurar diminuir a importância

das críticas que Veiga de Oliveira produziu. Ao mesmo tempo o PSD congratulava-se, considerando estar a viver-se «um momento grande», e o CDS fingia que as alterações em que o PS ganhou — não tinham sido tão profundas quanto seria de desejar. É claro que, se fosse o CDS a «fazer» a Constituição, o Artigo 80 seria completamente virado do avesso. Recordemos que o CDS votou na altura contra esse artigo, que rezava assim:

«A organização económico-social da República Portuguesa assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras».

Que diz agora o PSI? Diz que a formulação não queria dizer nada. E, atraindo fora as «relações de produção socialistas», avança com os seguintes

«princípios» em que pretendeu basear a organização económico-social: a) subordinação do poder económico ao poder político democrático; b) coexistência dos diversos sectores de propriedade, público, privado e cooperativo; c) apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais; d) planificação democrática da economia; e) desenvolvimento da propriedade social; f) intervenção democrática dos trabalhadores.

Comentando as alterações propostas, afirmou o camarada Veiga de Oliveira:

«É bem verdade que a AD não conseguiu fazer vingar nos trabalhos preparatórios as alterações que exprimiriam plenamente os seus propósitos de regresso à Constituição Económica dos monopólios».

Nem cremos que mantenha alguma esperança de vir a obter em Plenário o que não conseguiu fora do Plenário e até fora da Assembleia.

Os seus recuos não são, no entanto, gratuitos, nem os resultados que alcançou deixam de comportar perigos.

Que os seus recuos não foram gratuitos, ver-se-á quando chegermos às alterações propostas em matéria da organização do Poder Político. Que os resultados comportam perigos, evidente se torna, face à degradação, já conseguida, de algumas importantes normas constitucionais, de que o Artigo 80.º é um bom exemplo.

Pela nossa parte, consideramos profundamente negativa a substituição do enunciado constitucional dos Fundamentos da Organização Económico-Social, pelo pobre conjunto de princípios agora proposto.

Certamente, não faltarão ar-

gumentos para defender um a um os princípios em causa. Mas nós não consentiremos que, a coberto dessa desneCESSÁRIA e fácil defesa, se iluda a questão essencial: — não se trata de fazer uma Constituição nova mas tão só de rever esta.

Ora, em tais precisas condições, como justificar o abastardamento do texto constitucional? Como justificar a sua eliminação e a sua substituição por este conglomerado de princípios que em si mesmos ninguém contesta?

Cabe aos proponentes o ónus de provar que a alteração terá justificação, não só no plano técnico, como jurídico-político.

Para a AD, porém, trata-se de abrir as verdadeiras para as suas futuras manobras, visando destruir o sector público e as nacionalizações e regressar finalmente ao seu paraíso, ao Império do grande capital monopolista.

Trata-se para a AD de facilitar o cumprimento do já acordado publicamente com o dr. Mário Soares, em matéria de revisão da Lei de delimitação dos sectores público e privado. Trata-se de abrir frestas na muralha, para, em conjugação com outras alterações projectadas no domínio do controlo da constitucionalidade das leis, designadamente na composição do TC, permitir levar à prática o já proclamado pelo Primeiro-Ministro Balsemão: «Teremos a Banca privada até ao fim do ano».

Para a AD, trata-se, em resumo, de fazer baixar a guarda constitucional do 25 de Abril, em matéria de Organização Económica. O golpe final será tentado por via da lei ordinária como aliás os responsáveis da AD não se cansam

de explicar à sua clientela mais sófrega.

Resta, porém, para os senhores deputados proponentes do texto da CERC, a obrigação de demonstrar o fundamento e o alcance da eliminação do actual Artigo 80.º. Qual a vantagem, ou vantagens que justificam a sua proposta?

O Grupo Parlamentar do PCP não pode aceitar as magras explicações defensivas que foram dadas. Não pode aceitar que se abastarde e destrua o texto constitucional mesmo quando tal se consiga através de estratagemas mais ou menos elaborados: recolleccionar princípios no texto constitucional, juntá-los, apresentá-los como artigo da revisão — não chega para justificar a efectiva proposta que aí está — a eliminação do actual Artigo 80.º no seu sentido profundo e nas perspectivas que apontam para o desenvolvimento, rumo ao socialismo da democracia portuguesa nascida com o 25 de Abril.

Por uma revisão constitucional

Nem tudo tem sido rosas para a 'AD'. Nem para os acordos do PS com a direita. Com efeito, na semana passada, dois episódios mostram que nem tudo está garantido *a priori* nesta revisão da Constituição. Um deles mostrou à 'AD' que o PS, ou pelo menos parte dele, não vai tão longe quanto os desenhos da reacção. Foi assim que a 'AD' viu a sua proposta de substituição das normas que garantiam a «continuação da garantia» do acesso de todos os cidadãos ao direito universal e gratuito da protecção à saúde. Apesar de ter a maioria, a 'AD' não

conseguiu somar dois terços para acabar com SNS na Lei Fundamental. Mas tenta-o através de medidas legislativas do Governo que ainda tem e a deixar ter.

O outro episódio, apesar de incidir em uma alínea do artigo 74.º, que garantia a todos, «segundo as suas aptidões, o acesso aos diferentes graus de ensino», foi significativo da incapacidade de os partidos da 'AD' e do PS mobilizarem os seus deputados. AD e PS perderam contra os votos do PCP e da UDP, enquanto a ASDI, a UEDS e o MDP se abstiveram. Os dois terços não foram reunidos por faltarem 76 deputados nas bancadas socialistas e nas governamentais...

A mobilização, fora da Assembleia tem sido, entretanto, grande, em defesa da Constituição e de uma revisão constitucional. Conforme noticiámos, mais de 200 mil assinaturas foram entregues na AR, ao seu presidente, na passada semana. Por um antigo presidente — o primeiro — da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes.

Por outro lado, corre entre os jornalistas, um abaixo-assinado, que recolheu já muitas assinaturas de profissionais de várias opções ideológicas, que manifestam o «seu mais vivo empenho relativamente à consagração constitucional dos Conselhos de Redacção». Os jornalistas subscritores alertam também «para os perigos que a Lei Fundamental corre, face a deliberações cujos contornos começam a ser do domínio público», considerando que «o tipo de alterações previstas por largos sectores da AR, ameaça, em nossa opinião, comprometer seriamente o equilíbrio de poderes entre os órgãos de soberania que sustentam o regime democrático».

mais geral da saúde, disse o deputado comunista.

As medidas nele preconizadas de pouco servirão (lembramos aqui os resultados quase nulos que tais medidas têm em países onde já são praticadas) e se não forem acompanhadas de uma verdadeira Educação para a Saúde. Mas falar de Educação para a Saúde é falar de Cuidados Primários de Saúde, é falar do cumprimento da lei do SNS e das disposições do artigo 64.º da Constituição.

E aqui não se pode vir a público dizer que se defende a saúde e ao mesmo tempo tudo fazer para liquidar o SNS.

Nacional

O agravamento do défice da balança comercial confirma a política «AD»

• A propósito de declarações de João Salgueiro

1. Em entrevista transmitida pela RTP/1 — a 2.º do curto espaço de 3 meses — o ministro João Salgueiro mostrou-se novamente agastado com todos os que chamam a atenção para a gravidade da situação económica e financeira do País e falam a esse respeito de política de desastre e de caminho para o descalabro.

2. A verdade, porém, é que se o Governo 'AD' e o seu ministro das Finanças, para desviar as atenções das suas enormes responsabilidades, têm todo o interesse em escamotear as consequências desastrosas da sua política, já o Povo português e todas as forças e sectores responsáveis têm fortes e fundamentadas razões para denunciar o estado crescentemente calamitoso em que se encontra a economia nacional ao fim de dois anos e meio de Governos 'AD'.

3. Com efeito, constantemente novos dados e elementos vêm confirmar a extrema gravidade da situação económica e financeira do País.

Assim, dados provisórios recentemente conhecidos e relativos ao 1.º trimestre deste ano, por comparação com o mesmo período de 1981, mostram que o défice da balança comercial acusa um agravamento de 44,4%, tendo passado de cerca de 70 milhões de contos para cerca de 101 milhões de contos; que, em volume, as importações cresceram 24,8% contra um acréscimo das exportações de apenas 4,2%; que a taxa de cobertura das importações pelas exportações que já era extremamente baixa passou de 43,7% para 40,3%.

4. Os desastrosos resultados da política económica dos Governos «AD» estão à vista e nada os pode escamotear ou atenuar.

Desmentindo as repetidas promessas governamentais de redução dos défices das balanças de transacções correntes e comercial, de contenção da inflação e aumento da produção, a verdade é que ao no espaço de um ano — 1981, a política do

Para uns é uma questão de consciência. Para outros uma boa oportunidade política. O facto é que o chamado «caso PRP» tem mobilizado deputados, partidos, governo e a imprensa. Nas páginas de alguns jornais o caso é explorado ao máximo. E enquanto a intransigência vesga da «AD» e do seu Governo é criticada, aproveitam alguns para lançar algumas setas sobre os comunistas, no fundo acusados de serem coerentes e firmes, no fundo acusados de possuírem uma qualidade rara em outros partidos — a sua unidade.

Pelo que contém de esclarecedor da posição dos comunistas face ao chamado «caso PRP», aqui reproduzimos na íntegra a declaração de voto do PCP, lida na Assembleia da República na passada sexta-feira pelo camarada Jorge Lemos, cujo teor não pode deixar dúvidas a quem o ler acerca da atitude comunista face aos projectos rejeitados uma semana atrás pela «AD» e face à globalidade dos problemas que, à volta do processo dos grevistas da fôrma, tem interessado a opinião pública.

Do debate havido decorreu, como transparência, a natureza do nosso voto. Como repetidamente temos afirmado, condenamos totalmente as actividades do PRP que deram origem a este caso. Não pode estabelecer-se, a nosso ver, a menor confusão entre as práticas desse agrupamento político e a acção da esquerda. Sempre as condenámos e combatemos.

A verdade, porém, é que também contestámos as obscuridades do processo, e somos sensíveis às razões de humanidade de que o caso se emoldura, especialmente as que decorrem do excesso inaceitável da prisão preventiva. Por isso tentámos, com o nosso voto, viabilizar, na situação política presente, a Amnistia recentemente sujeita à apreciação desta câmara. Por isso, e ainda agora, a nossa atitude foi no sentido de contribuir não só para que se encontrasse uma medida capaz de atenuar as pesadas consequências do regime em vigor mas também para que se ampliasse o âmbito da aplicação da iniciativa legislativa tendente à liberdade provisória de todos os presos que pudessem contemplar.

Em nosso entender, nada justifica o alargamento da prisão preventiva para além dos três anos. Pensamos que o tempo é maduro para que se modifique a regra legal.

Todos estes elementos pesados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, determinaram, em larga medida, os nossos votos. Uma vez mais os reconsideramos publicamente, perante a Câmara, para que deles transpareçam como são devidas a clareza e a justiça das nossas atitudes políticas.

pelo grande capital, por maiores que sejam os sacrifícios lançados sobre o povo e os prejuízos causados ao País.

6. Pela boca dos próprios dirigentes da «AD», é hoje perfeitamente claro que a revisão da Constituição acordada entre a «AD» e Mário Soares é para a «AD» uma peça essencial para poder prosseguir com uma política comprovadamente antipopular e lesiva dos interesses nacionais e para poder levar por diante o seu plano de liquidação do regime democrático.

Nestas condições, a imediata demissão do Governo «AD», a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas, apresentam-se irrefutavelmente como as medidas democráticas mais adequadas e eficazes para frustrar os planos da «AD», por termo à sua política desastrosa, derrotar o acordo «AD»-Mário Soares na revisão da Constituição e criar condições para uma mudança democrática que garanta a defesa das aspirações populares e salvaguarde as conquistas de Abril e o regime democrático consagrado na Constituição.

25.6.82

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Solidariedade com El Salvador

Domingo dia 4, no último dia da Festa e pelas 21.30, realizar-se-á no Auditório Central um «meeting» de apoio à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, de El Salvador, estando previstas intervenções de um representante da Frente e do camarada Domingos Lopes, da Secção Internacional do PCP.

A presença da solidariedade dos comunistas portugueses para com a heróica luta do povo salvadoreño contra a ditadura fascista que esmaga o país a coberto do imperialismo encabeçado pelos EUA.

Poder local

APU denuncia aumentos em Gondomar

Em conferência de Imprensa no passado dia 28, os vereadores da APU na Câmara Municipal de Gondomar denunciaram o aumento das tarifas da água e da electricidade no concelho, que têm provocado a indignação popular.

«O Conselho de Administração dos SMEA de Gondomar — refere o comunicado dos vereadores da Aliança Povo Unido — que é integrado totalmente por gente da «AD», aprovou em Janeiro passado os aumentos dos tarifários da água e electricidade bem como o da taxa de aluguer de contadores, tendo procedido à execução desta deliberação a partir de Março sem a ter submetido à apreciação da Câmara e Assembleia Municipais e mesmo sem dar conhecimento a estes órgãos municipais».

Tal decisão, «tomada e executada em segredo, só veio a tornar-se do domínio público quando em Abril começou a cobrança relativa ao consumo de Março; aos cobradores foi recomendado que não deveriam confirmar à população a nova realidade criada com os aumentos — cerca de 100% na água, 200% no aluguer do respectivo contador».

E considera o comunicado que tais aumentos «não são inevitáveis, que deve ser encontrada uma solução comum para as populações da área do Grande Porto, que tais aumentos correspondem à vontade da «AD» a nível nacional de agravar as condições de vida das populações e pôr em prática as orientações do FMI, nomeadamente no campo energético, recusando o financiamento à EDP, obrigando-a a recorrer ao crédito externo, não concedendo os benefícios do fundo de compensação cambial, não incluindo empreendimentos hídricos como é o caso da Alqueva e não lançando outros há muito projectados».

Criticando os representantes do PS na Câmara de Gondomar «que se aliam por sistema com a «AD» quando estão em causa questões fundamentais como é o caso do plano de actividades e orçamento», os eleitos da APU manifestam a sua disposição em prosseguir a luta, na interpretação dos interesses e movimentações populares, para que sejam suspensos os aumentos e reposta a legalidade.

Encontros da APU nos Açores: Faial, Pico e Terceira

No passado dia 20 realizaram-se dois encontros da APU nos Açores (Pico e Faial) e no dia 27 um outro na ilha Terceira.

O Encontro do Faial teve lugar na Horta, estando presentes dezenas de activistas vindos de toda a ilha; fez-se o balanço da actividade dos eleitos da Aliança Povo Unido nos órgãos autárquicos da ilha e aprofundou-se a discussão dos objectivos e formas de acção nas próximas eleições autárquicas. Definiram-se alguns objectivos fundamentais, nomeadamente a apresentação de listas na maioria das Freguesias da ilha, o aumento de eleitos em Assembleias de Freguesia e o trabalho para a eleição do primeiro vereador APU na Câmara Municipal da Horta.

Os encontros realizados no Pico e na Terceira destinaram-se também à análise do trabalho autárquico e ainda a um balanço da preparação das próximas eleições locais, tendo-se conseguido uma maior aceleração desse trabalho naquelas ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Como objectivos o encontro do Pico apontou para a apresentação de listas nos três concelhos da ilha bem como na maioria das Freguesias; na ilha Terceira a planificação do trabalho futuro define a necessidade da realização de um grande esforço para a apresentação de listas em pelo menos dois terços das Freguesias. Foi entretanto apresentado um protesto formal junto da RTP/Açores por não terem feito a cobertura do encontro da Terceira.

Encontro da APU em Rio Tinto

Com a participação de dezenas de activistas realizou-se na passada sexta-feira o Encontro da APU da Freguesia de Rio Tinto. A dinamização do trabalho eleitoral, o alargamento unitário, a actividade dos seus eleitos, a elaboração do programa, a definição de objectivos eleitorais e a campanha que se aproxima, foram questões abordadas no Encontro, onde se formaria uma comissão coordenadora da APU.

Inflação é de 25 por cento

O único dia em que não se fala, na Assembleia da República, da revisão constitucional, durante a semana, é a sexta-feira. Talvez por isso mesmo o interesse de muitos jornalistas que acoerem nesse dia à cata de motivos de notícia. Para as sextas-feiras de manhã fica tudo o que não tem espaço nem tempo autorizado no plenário. Para sexta-feira passada, por exemplo, para além das declarações políticas e intervenções previstas no período de antes da Ordem do Dia, estavam agendadas as declarações de voto pendentes, respeitantes aos projectos sobre o chamado caso PRP (a declaração de Jorge Lemos, do PCP, é nesta página reproduzida na íntegra) e a votação final global do projecto de lei sobre tabagismo, sobre cortiça amadia e, finalmente, a votação das ratificações do pacote da função pública.

É certo que se esperava para esse dia a discussão de um projecto — o tal que era do PPM, mas não era do PPM porque teria sido congeminado por Castro Caldas, do PSD. Afinal o PSD, que inventara a solução para o «caso PRP», acabou por desdizer-se e não permitir que o projecto fosse agendado.

A política do desastre

No período de antes da Ordem do Dia, tomou a palavra em primeiro lugar o camarada Octávio Teixeira que, na sua intervenção, criticou severamente a política económica e financeira do Governo 'AD', cujas consequências são a todos os títulos desastrosas.

A estagnação da produção registada em 1981 caminha agora, acelerada e inexoravelmente, para a recessão económica, acusou o deputado comunista, que referiu o decréscimo na construção de habitações, a extrema gravidade da situação na agricultura e a ausência de medidas verdadeiramente eficazes para aumentar as exportações — as três «grandes prioridades» do Governo.

Entretanto os défices externos não cessam de aumentar, apertando-se para ultrapassar os já incomportáveis valores atingidos em 1981. No primeiro trimestre o défice da balança comercial ultrapassou os 100 milhões de contos, mais 44 por cento que o défice registado no mesmo período do ano anterior. O que, aliado às quebras registadas nas remessas de emigrantes e nas receitas de turismo e ao aumento dos juros da dívida externa, ameaçam um défice da balança de transacções correntes da ordem dos 2800 milhões de dólares em 1982, qualquer coisa como 13 ou 14 por cento do produto nacional.

Entretanto a dívida externa ultrapassou já os 900 milhões de contos, cerca de 40 por cento das reservas de ouro e divisas (com o ouro avaliado aos preços de mercado registados ontem), ou 50 por cento do produto nacional ou, ainda, 120 por cento das exportações de bens e serviços.

Entretanto, disse ainda Octávio Teixeira, a inflação galga ao ritmo anual de 25 por cento, com tendência para aumentar, apesar das estultas

afirmações do ministro das Finanças de que o objectivo governamental dos 17 por cento ainda se mantém, enquanto se degrada vertiginosamente o poder de compra dos portugueses, com os salários reais a sofrerem uma redução não inferior a 6 por cento.

Unanimidade contra o tabaco

A unanimidade verificou-se mais uma vez na Assembleia. Foi na votação de um projecto contra o tabagismo, que restringe a prática de fumar em alguns recintos públicos, em escolas e locais desportivos fechados e, ao mesmo tempo, proíbe a publicidade do tabaco através de canais publicitários nacionais.

O camarada Vidigal Amaro, em declaração de voto do PCP, afirmou a respeito do projecto aprovado e que entrará em vigor 6 meses depois da sua publicação:

Pensamos que na área da publicidade muito cabe realizar ao Governo e nomeadamente aos órgãos de comunicação social estatizados.

Há que sem demora fazer uma larga campanha contra o consumo de tabaco. Quer nas escolas, ensinando o que é e quais os riscos que se corre com o seu uso, quer muito especialmente através da televisão, fazer um esclarecimento correcto dos prejuízos que tal consumo acarreta.

Ligando as medidas que o projecto estabelece e a política

passado mais de 30 mil hectares de floresta foram atingidos pelos incêndios, os deputados comunistas lembraram também as iniciativas do PCP, ao chamar à ratificação um decreto, que abria a possibilidade de dotar o país de legislação adequada para o combate e prevenção dos incêndios. E perguntaram ao Governo se existe ou não algum plano articulado para a prevenção e detecção de incêndios florestais, se se encontra ou não definido o plano das infra-estruturas para tal combate e detecção nas zonas críticas, se foram ou não realizadas campanhas educativas sobre o tema.

O extenso requerimento pergunta ainda ao Governo sobre uma série de medidas essenciais à correcta acção preventiva e de combate aos incêndios.

Jornalistas exigem condições de trabalho

Mais de uma dezena de jornalistas — os que na altura se encontravam presentes na bancada reservada à imprensa na AR — assinaram na passada semana um documento que veio a ser entregue ao Presidente da Assembleia, no qual afirmam a sua solidariedade para com o jornalista da RDP Comercial, Teresa de Sousa, que no passado dia 23 de Junho foi agredida por um polícia de serviço à AR «quando apenas pretendia regressar ao hemiciclo, após se ter deslocado ao exterior do Palácio para fazer a cobertura de uma manifestação que aí se realizava».

Os jornalistas que trabalham na Assembleia, entre os quais o mal-estar tem vindo a crescer não apenas por ausência de condições de trabalho mas também por causa das medidas de segurança injustificadas que lhes são impostas, expressaram o seu vivo repúdio pela agressão de que foi autor o responsável da PSP pela segurança da AR.

Ao mesmo tempo, os jornalistas propuseram ao Presidente da Assembleia que, «no mais curto espaço de tempo possível, sejam tomadas medidas tendentes a garantir aos jornalistas parlamentares as indispensáveis condições de trabalho que lhes permitam exercer as suas funções com a dignidade que a Constituição lhes confere, sob pena de, eventualmente, viem a recusar fazer a cobertura dos trabalhos parlamentares».

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico em 6 volumes.

Publicados já os 3 volumes de Lénine. Acaba de sair o 1.º volume de Marx/Engels.

Finalmente a tradução portuguesa rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lénine

edições Avante! e Editorial Progresso





6 ANOS DE MÚSICA NA FESTA

Mais uma vez este ano vamos ter na Festa grandes nomes da música ligeira internacional, vindos dos mais diversos países e satisfazendo os mais variados gostos e géneros. **Mais uma vez este ano**, escrevemos nós... E, no entanto, quem se lembra já de todos quantos, vindos dos quatro cantos do mundo, e juntando-se aos artistas portugueses, actuaram nos palcos da Festa? Quem se lembra dessas tantas e tantas figuras de primeiro plano do espectáculo dos nossos dias?

Pois, este ano, vamos ter oportunidade de recordá-las, assim como que em jeito de balanço de tudo o que de melhor já passou pela Festa. Trata-se de um trabalho de música gravada, que será apresentado na mais potente cadeia de alta fidelidade jamais montada no nosso país: o palco um da Festa do "Avante!"

Uma hora antes do início de cada espectáculo no mais nobre palco da Festa, 30 mil watts de potência permitirão aos presentes, enquanto aguardam a actuação ao vivo das "estrelas" deste ano, passar em revista as "estrelas" do "passado". Antes do espectáculo, um espectáculo a não perder...

Festa acrescentar que a selecção e o alinhamento musicais são da responsabilidade de João Paulo Guerra, enquanto Moreno Pinto é o engenheiro de som. E agora leiam o que poderão ouvir. E não tentem escolher, pois rapidamente chegarão à conclusão de que têm de escolher tudo...

AREA - Festa de 1976 - L'Internazionale (arranjo Demetrio Statos)
CARLOS PAREDES - 1.º de Maio (Carlos Paredes)
JOSE MANUEL OSÓRIO - Quadras Populares (popular - António Aleixo)
JULIA BABO - Novas Quadras (Paulo de Carvalho - António Aleixo)
CANZONIERE INTERNAZIONALE - Festa de 1976 - Danza Resi (tradicional)
MERCEDES SOSA - Festa de 1979 - Los Hermanos (Atahualpa Yupanqui)
MANUEL FREIRE - Pedra Filosofal (António Gedeão - Manuel Freire)
ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA - As Balas (Manuel da Fonseca - A. C. Oliveira)
JOSE BARATA MOURA - Ai Cia Lua (José Barata Moura)
JOSE JORGE LETRIA - Tango Desconcertante (J. J. Letria)
EDU LOBO - Festa de 1980 - Upa Neginho (Edu Lobo)
PAULO DE CARVALHO - Uma Cantiga de Amor (Paulo de Carvalho)
IRAKERE - Festa de 1981 - Missa Negra (Chucho Valdés)
RICHIE HAVENS - Festa de 1979 - Handsome Johnny (Gossett - Havens)
UHF - Rua do Carmo (António Ribeiro)
ARCHIE SHEPP - Festa de 1976 - I Should Care (Von Heusen)
EUGENIO FINARDI - Festa de 1978 - Música Ribelle (Fabbri - Finardi)
DEXY'S MIDNIGHT RUNNERS - Festa de 1981 - Burn it Down (Rowland)
Venceremos (Sérgio Ortega)

II

AREA - Festa de 1976 - L'Internazionale (arranjo Demetrio Statos)
JOSE AFONSO - Grândola. Vila Morena (José Afonso)
SÉRGIO GODINHO - Espectáculo (Sérgio Godinho)
SIMONE - Festa de 1980 - Começar de Novo (Ivan Lins - Vitor Martins)
MP3 4 - Festa de 1980 - Partido Alto (Chico Buarque)
CARLOS MENDES - Alcácer que Vier (Joaquim Pessoa - Carlos Mendes)
FERNANDO TORDO - Canta Canta Cavaquinho (Ary dos Santos - Fernando Tordo)
JULIO PEREIRA - S. Gonçalo de Amarante (popular)
BRIGADA VICTOR JARA - O anel que tu me deste (popular)
MANUEL GERENA - Festa de 1981 - Si el Gobierno no me Oye (Garroin)
SOLEDAD BRAVO - Festa de 1980 - Que Trata de Espana (Rafael Alberti - S. Bravo)
SARA GONZALEZ - Festa de 1976 - Que Dice Usted? (Sara Gonzalez)
CHICO BUARQUE - Festa de 1980 - Tanto Mar (Chico Buarque)
JABULA - Festa de 1979 - Baleka (Ranku)
MIRIAM MAKEBA - Festa de 1977 - The Click Song (Makeba)
CHARLIE HADEN - Festa de 1978 - For a Free Portugal (C. Haden)
GOLD WASHBORD - Festa de 1978 - Nobody Knows the Trouble I've Seen (trad.)
RUI VELOSO - Chico Fininho (Carlos T. - Rui Veloso)
Venceremos (Sérgio Ortega)

III

AREA - Festa de 1976 - L'Internazionale (arranjo Demetrio Statos)
CARLOS DO CARMO - Lisboa Menina e Moça (Ary dos Santos - Paulo de Carvalho)
FAUSTO - Uns vão bem e outros mal (Fausto)
LUIS CILIA - Como és belo meu Portugal (Cilia)
IVAN LINS - Festa de 1981 - Somos Todos Iguais Nesta Noite (I. Lins - V. Martins)
TROVANTE - Balada das Sete Saias (Francisco Viana - Trovante)
GWENDALL - Festa de 1979 - Pretty, Brown, Maid (tradicional)
FAIRPORT CONVENTION - Festa de 1977 - Royal Seleccin (tradicional)
CARLOS MONIZ, MARIA DO AMPARO, ALFREDO VIEIRA DE SOUSA, PEDRO OSÓRIO - Uma Quadra Provisória e Quatro Definitivas (P. Osório - A. V. Sousa)
NUESTRO PEQUEÑO MUNDO - Festa de 1977 - La Plaza de Teuan (tradicional)
GISELA MAY - Festa de 1981 - Im Fruhling (Jacques Brel)
LUIA BASTO - Assim como quem Nasce (Paulo de Carvalho)
SAMUEL - Desafrenta (Samuel - Manuel Alves)
FRANCESCA SOLLEVILLE - Festa de 1976 - La Chanson d'Irlande (M. Fannon - J. P. Roseau)
SANDS FAMILY - Festa de 1977 - The Winds are Singing Freedom (T. Maken)
TOM PAXTON - Festa de 1980 - Drumbin' Boy (Paxton)
MAX ROACH - Festa de 1979 - Rums Unlimited (Roach)
OS TUBARÕES - Festa de 1981 - Tabanca (Os Tubarões)
Venceremos (Sérgio Ortega)

ESPECTACULOS

Um "Triângulo" vindo da RDA

O Triângulo é um instrumento. E é também o nome do conjunto musical que nos visita, vindo da RDA, o «Triangel», conjunto que, desde 1970, tem participado todos os anos nos Festivais da Canção Política, realizados em Berlim.

O «Triangel» traz consigo, através dos seus quatro membros, da sua música, a herança da canção humanista da história alemã, as canções progressistas internacionais, as novas canções socialistas. Canção política, portanto,

na linha do «Oktober Club», de que os membros deste conjunto fazem parte, tendo já visitado o nosso país na primeira Festa do «Avante!». São eles Karl-Heinz Ocacek, Michel Hoft, Fred Kruger e Uwe Leo.



“Alarme” da Nazaré

Não é caso de alarme, mas de satisfação, para os amadores do rock português. Os «Alarme» vão estar connosco. Vieram da Nazaré. Mas, atrás de si, trazem uma

séria recomendação — foram os vencedores do concerto promovido pelo «Rock em Stock», realizado em Coimbra. Lá estarão num dos palcos da Festa, lado a

lado com outros mais veteranos nestas coisas do rock lusitano — um fenómeno, como se vê, que não pára e continua a atrair novos valores.

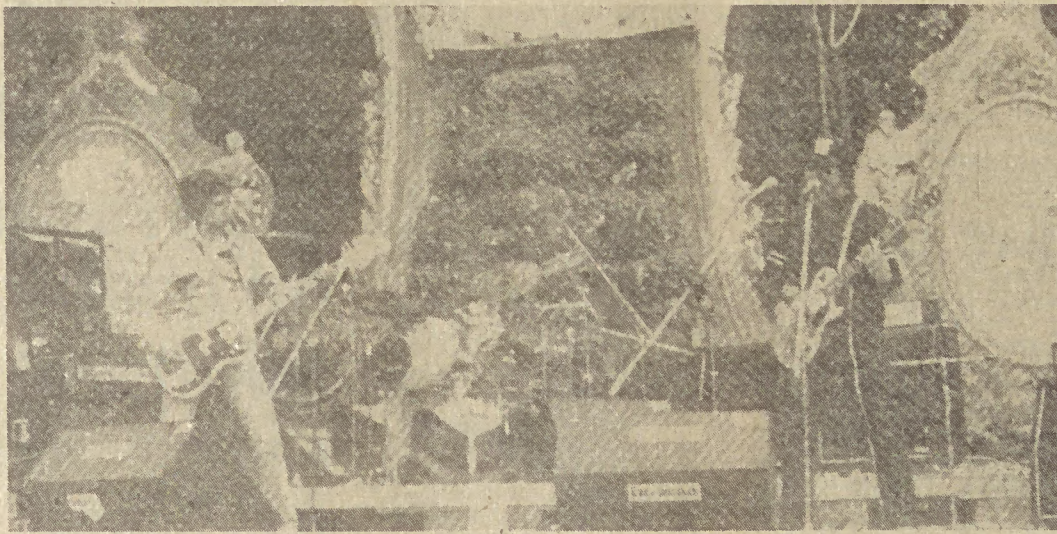


“Manifesto” em palco

Os «Manifesto», um grupo rock que apareceu e venceu... a primeira eliminatória do “Só Rock Festival” que a RDP Comercial promoveu o ano passado.

«Manifesto», um nome que quer já dizer comunicação. Em forma de música e de palavras que vamos ouvir neste fim-de-semana. Grupo formado já há três anos e,

ao que consta na crítica da especialidade, que se apresentou no Festival da RDP com um som balanceado, bem construído e homogéneo. A ouvir vamos.



Grupo ORION

ORION é o nome de um grupo surgido no Verão de 1981, formado por Carlos Augusto (guitarras acústicas e eléctricas 6/12 cordas e fitas magnéticas), David Gausden (contra-baixo e baixo eléctrico), Paleka (bateria e percussão) e

Vera Lúcia (bateria). Este grupo apresentou-se já em vários clubes, concertos e na Antena-1 da RDP com assinalável sucesso; nele surgiu a necessidade sentida pelos membros que o integram de conjugarem as diversas linguagens musicais que estão na

base de formação de cada um, não sendo estranha à música do ORION a tradição da música portuguesa, a influência da música de jazz e de diversas expressões contemporâneas de raiz clássica.

Esmeralda Amoedo O Fado na Festa



Mais uma vez e como sempre nas Festas do «Avante!», o nome de Esmeralda Amoedo. A marcar a sua presença. E a presença do Fado, que nunca tem faltado ao encontro. Desta vez há um único momento de Fado. O local do encontro com Esmeralda Amoedo é no **Palco 2, no Sábado, às 21 horas**, referência bastante para os apreciadores (e não só) se encaminharem lá onde trinarão as guitarras e apetece dizer «silêncio, vamos cantar o Fado!»

Conjunto de José Manuel

(Guiné-Bissau)



«Country boys» à portuguesa

No ano em que a Festa do «Avante!» traz ao nosso convívio tanta (e tão boa) música

«country», com a presença em Portugal de alguns nomes famosos que nos chegam dos

Estados Unidos, surge a oportunidade de apresentar nos palcos da Ajuda o único conjunto que no nosso país se dedica, com êxito, à divulgação do género: nada menos que os «Country Boys». Os nomes dos componentes do conjunto são portugueses, claro, apesar de cantarem em inglês. Mas falam, nas suas letras, da realidade portuguesa, através da sonoridade «country». Nas cordas está Paulo Pinto; nas cordas e harmónicas, o Nelson; Jorge Pacheco e Paula Pires são os vocalistas, dedicando-se também o primeiro à guitarra; Zé Beltran está na bateria.



Programa do Video-Teatro

Dia 2, sexta-feira

18.55 - Abertura.
19.00 - Programa musical com **Rod Stewart**.
19.30 - Reportagem sobre os últimos preparativos da Festa e abertura dos portões.
20.00 - Futebol. Transmissão directa de Madrid da 1.ª parte do jogo entre a **Espanha e a RFA**.
20.45 - Reportagem sobre a abertura dos portões e visita do camarada **Álvaro Cunhal**.
20.55 - Futebol. Transmissão directa de Madrid da 2.ª parte do jogo entre a **Espanha e a RFA**.
22.00 - Informação. Notícias comentadas do País e do estrangeiro.
22.30 - Programa musical com **Count Basie**.
23.15 - Encerramento.

Dia 3, sábado

09.55 - Abertura.
10.00 - Filme oficial da FIFA sobre o Campeonato do Mundo de Futebol de 1974.
11.30 - Programa musical com os **Pink Floyd**.
12.30 - Programa musical com **Paul McCartney** e os **Wings**.

14.30 - Reportagem sobre a Festa: tarde e noite de sexta-feira.
15.15 - Programa musical com **Bob Marley e The Wailers**.
17.00 - Futebol. Gravação dos jogos de quinta e sexta-feiras. Colóquio.
19.00 - **Ginástica Soviética**.

Pink Floyd, Paul McCartney, Rod Stewart, Count Basie, Bob Marley e muitos outros • Em directo, jogos de Mundial de Futebol • Noticiário e Reportagens

20.30 - “TV qué vemos”. Programa “Aqui e Agora” da RTP (directo) e gravações de diversos programas da RTP. Colóquio com críticos da TV.
22.00 - Reportagem sobre a Festa no sábado à tarde.
22.30 - Informação. Notícias comentadas do País e do estrangeiro.
23.00 - Programa musical com **Count Basie**.
24.00 - Encerramento.

Dia 4, domingo

09.55 - Abertura.
10.00 - Circo. **Circus World e Championships**.
11.30 - Programa musical: **Festival de Woodstock**.
14.30 - Reportagem sobre a Festa no sábado à noite.
16.15 - Futebol. Transmissão directa da 1.ª parte do jogo **França-Irlanda do Norte**.
17.00 - Informação. Notícias comentadas do País e do estrangeiro.
17.10 - Futebol. Segunda parte do jogo **França-Irlanda do Norte**.
18.00 - Encerramento do primeiro período de trabalhos. **Comício no Palco 1**.
20.00 - Futebol. Transmissão directa de Barcelona da primeira parte do jogo **URSS-Polónia**.
20.45 - Informação com notícias comentadas do País e do estrangeiro.
20.55 - Futebol. Transmissão directa da segunda parte do jogo **URSS-Polónia**.
21.45 - Reportagem sobre ginástica e comício.
22.30 - Festival de jazz com **Benny Goodman, Gene Krupa, Teddy Wilson, Lionel Hampton, Ella Fitzgerald, Count Basie, Dave Brubeck, Joe Williams**.
23.30 - Encerramento.

festa do Avante!

Na cidade do desporto

Polivalente

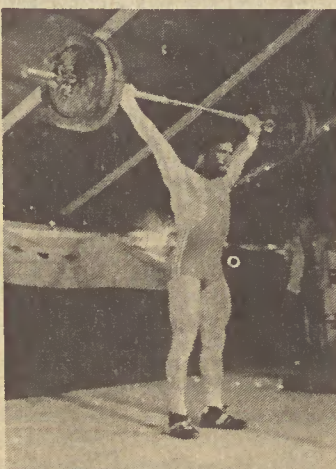
Sexta-feira

19.00 — Desporto para deficientes
21.00 — Apresentação de colectividades populares



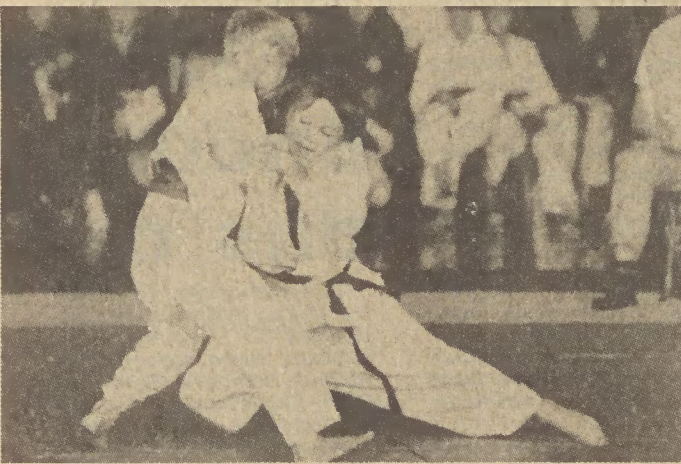
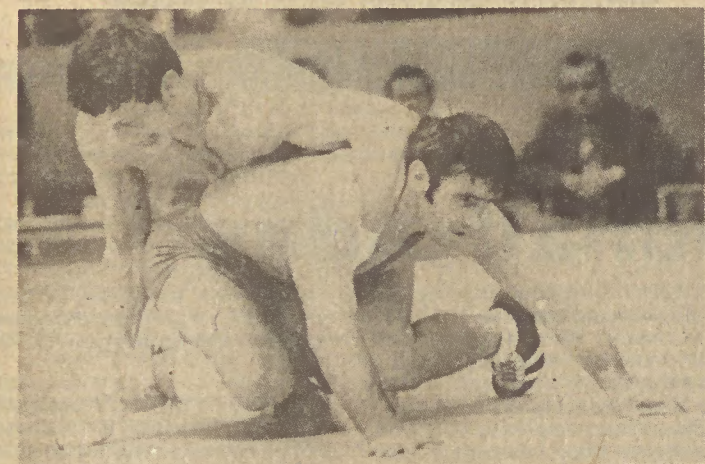
Sábado

10.00 — Actividades para Pioneiros
14.00 — Torneio de futebol "Avante!", quartos-de-final
18.00 — Jogo de andebol (Almada-Lisboa)
21.00 — Festival Internacional de Ginástica, com a presença de Campeões do Mundo e Olímpicos. Representantes da URSS, Checoslováquia, Bulgária



Domingo

10.00 — Apresentação do Jogo do Pau e Folclore
11.00 — Festival Internacional de Ginástica, com a presença de Campeões do Mundo e Olímpicos. Representantes da URSS, Checoslováquia, Bulgária
14.00 — Torneio de futebol "Avante!", meias-finais
16.00 — Futebol feminino
17.00 — Actividades para Pioneiros
18.00 — Torneio de Futebol e Andebol da JCP, finais
21.00 — Torneio de futebol "Avante!" — final
22.00 — Apresentação de colectividades populares



Pavilhão do Xadrez e Damas

Sexta-feira

20.30 — Simultâneas sem limite de tempo com a participação do GM Iuri Averbá

Sábado

10.00 — Simultâneas com limite de tempo (1.30 h), com a participação do GM Iuri Averbá
— Início do II Torneio Nacional de Damas
14.00 — Simultâneas sem limite de tempo
— Continuação do II Torneio Nacional de Damas
20.30 — Início do IV Torneio Internacional de Xadrez (1.ª fase) com a participação do GM Iuri Averbá

(Aviso aos participantes no torneio internacional: devem inscrever-se no pavilhão de xadrez, na Cidade do Desporto, até 30 minutos antes do início do torneio; apelo: a organização solicita aos participantes que levem por cada dois jogadores um relógio).

Domingo

11.00 — Continuação do IV Torneio Internacional de Xadrez
— Continuação do III Torneio Nacional de Damas
14.00 — Simultânea sem limite de tempo
— Continuação do III Torneio Nacional de Damas
— Jogo da Ronda
21.00 — IV Torneio Internacional de Xadrez, final
— III Torneio Nacional de Damas, final

Atenção pessoal do cubo mágico!

Os entusiastas do cubo mágico, o conhecido invento de Rubik que também em Portugal suscitou larga adesão e interesse, estão de parabéns e desde já podemos assegurar: a Festa do "Avante!" terá para vós especial significado.

Na zona das representações estrangeiras (Cidade Internacional), vale a pena passar pelo stand da Hungria. Aí encontrarão Zoltan Lábas, terceiro classificado no Mundial de cubo mágico

co que decorreu recentemente em Budapeste, com os melhores especialistas internacionais.

Estão previstas sessões especiais no stand da Hungria amanhã às 20 e 30; sábado, às 15, 18 e 22 horas; e, finalmente, no domingo, às 18.

Zoltan Lábas jogará com os visitantes interessados, em concursos relâmpago, que darão alguns prémios.

GI NÁS TICA internacional

Tal como já divulgámos em pormenor nas edições anteriores, a Festa do "Avante!" inclui no seu vasto programa a participação de ginastas de nível olímpico e mundial, caso, por exemplo, das soviéticas Maria Filatova ou Natália Chaponikova. Em relação à delegação búlgara, podemos agora informar que se trata de um grupo de ginastas dirigidas pela monitora

Iordanka Riqueva e pela treinadora Margarita Cholakova, treinadora de mérito da Bulgária, uma das actuais treinadoras da selecção nacional. As ginastas são Julia Montchieva, 5.ª classificada no Torneio Arco d'Ouro/1982; Maria Stefanova, da selecção nacional de juniores; Adriana Dunavska, 2.ª classificada no Torneio Arco d'Ouro/82; e ainda Krassimira Bujilova.



Futebol

As equipas que chegaram à fase final

No grupo 1 (OR's de Trás-os-Montes, Minho e Porto) foi apurada a equipa de S. Martinho de Sande (Guimarães), que no jogo decisivo efectuado no passado dia 19 venceu a turma da Sepsa (Porto) por 2-1.

No grupo 2 (OR's da Beira Litoral e Beira Interior) foi apurada a FIAC — Frente Internacional dos Apanhados da Conchada, conforme já noticiámos anteriormente.

No grupo 3 (OR's de Leiria e Santarém) foi apurada a equipa do Bairro Anjos (Leiria). Esta equipa empatou com a representativa de Santarém no primeiro encontro mas venceu no segundo por 4-1.

No grupo 4, (OR de Lisboa) as turmas apuradas são Juventude Vermelha (que venceu a Juventude Madre de Deus por 3-2) e a juventude e Desportos de Mira Sintra (que derrotou os Cardos de Arruda dos Vi-

nhos por 7-1). A primeira destas equipas apuradas é a «A» e a segunda é a «B».

No grupo 5 (OR de Setúbal) os *teams* vencedores são o do Seixal, que ganhou

à equipa de Alcochete (1-0) e o de Sines, que derrotou a de Grândola por 3-1, como já noticiámos. Seixal é a equipa «A» e Sines a equipa «B».

Finalmente, no grupo 6 (OR's do Alentejo e Algarve) foi apurado o *team* do Operário de Beja, que no passado dia 19, venceu «Os Cravos» (Faro) por 4-1.

Calendário da fase final

DIA	HORA	JOGO	EQUIPAS	FASE
3-7-82	14.00	A	S. Martinho de Sande — Operário de Beja	1/4 Final
	15.00	B	Bairro Anjos — Juventude Vermelha	
	16.00	C	FIAC — Sines	
	17.00	D	Juventude de Mira Sintra — Seixal	
4-7-82	14.00	E	Vencedor de B-Vencedor de D	1/2 Final
	15.00	F	Vencedor de A-Vencedor de C	
	21.00	G	Vencedor de E-Vencedor de F	Final

Nota: As equipas devem apresentar-se junto do polivalente da Cidade do Desporto, 30 minutos antes do início dos jogos.

Os trabalhos de João Martins

Na Cidade do Desporto da Festa do "Avante!", o visitante vai encontrar uma exposição evocativa da obra de João Martins, conhecido cartoonista que colaborou em vários jornais, incluindo o "Avante!"

O certame exibirá originais dos seus trabalhos, cuja reprodução está agora reunida em livro, que também será vendido na Festa.



A BOLA

Um belo álbum de "cartoons" e desenhos de João Martins, o malogrado companheiro que, durante tantos anos, foi o ilustrador e, por assim dizer, o animador das páginas de A Bola (...). O livro, obedecendo a criteriosa escolha de diversos tipos de trabalho do autor, constitui um sugestivo repositório dessa múltipla actividade, na qual a «charge» desportiva não é, de certo, a menos importante.

DIÁRIO POPULAR

...Alguns dos mais notáveis trabalhos do género realizados nos últimos anos no nosso país.

ponto

...Expressões de admirável valor artístico de um homem que tão bem soube criar figuras como amigos.

o diário

Um artista brilhante que soube, com o seu traço rigoroso, causticar, em defesa de Abril, as puerias de algumas das primeiras figuras da cena política portuguesa dos últimos anos.

Expresso

...Conhecido «cartoonista» do PCP cuja qualidade e humor são inegáveis, apesar da indetificação política.

se7e

Para quem não o conhecia, vale pelo descobrimento do cativante traço de finos ares de um grande desenhador; para os outros, vale também como álbum de recordações, onde se revivem os sorrisos que o «cartoon» de cada dia trazia há muito tempo...

Diário de Lisboa

...Dezenas e dezenas de bonecos que retratam de uma forma mordaz (e por vezes impiedosa) figuras e situações do Portugal depois de Abril.

o jornal

...Um desenhador humorístico que conseguiu ultrapassar os limites da faixa político-partidária em que se movimentava (...) Um dos grandes «cartoonistas» portugueses.

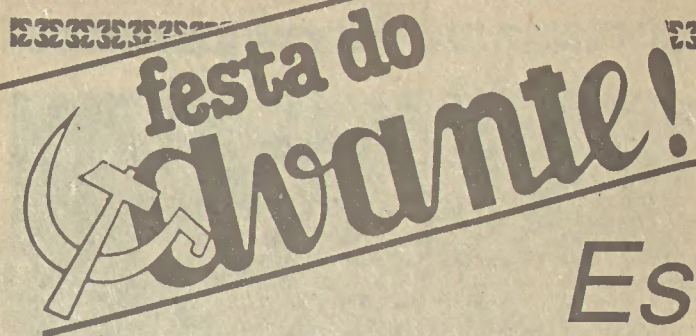
Avante!

Reunida em livro a obra de João Martins ganha novos contornos, proporcionando uma visão de conjunto que lhe dá uma outra dimensão.



À VENDA NAS LIVRARIAS

Pedidos pelo correio dirigidos à CDL (Central Distribuidora Livreira) Avenida Santos Dummont, 57, 2.ª — 1000 Lisboa — Preço: 300\$00



Mais uma vez o Centro do Livro e do Disco está presente na Festa do «Avante!». Durante três dias ele vai ser de novo um ponto de encontro, um local de passagem obrigatória, uma oportunidade de convívio, recreio e prazer para todos os visitantes da Festa.

E a CDL-Central Distribuidora Livreira orgulha-se de, uma vez mais, ter sido escolhida para organizar esta importante manifestação cultural da Festa. Partindo da experiência e dos resultados obtidos nos anos anteriores, o Centro do Livro e do Disco vai ser este ano ainda melhor. Em exposição, numa área de cerca de 1600 metros quadrados, estarão 100 mil livros, 15 mil discos, 25 mil exemplares de publicações

diversas, 50 mil brinquedos, medalhas, emblemas, etc., proporcionando a todos os visitantes uma oportunidade única de contactar directamente com a produção editorial política, cultural e informativamente mais significativa, quer de editoras portuguesas, quer de editoras estrangeiras, permitindo ainda a aquisição dos produtos portugueses em condições muito vantajosas.

Mas o Centro do Livro e do Disco, mais do que um simples local de venda, é um espaço destinado à promoção do livro, do disco e da revista, e à criação de um ambiente propício à conversa, à troca de informações, à animação cultural.

Centro do Livro e do Disco Este ano, ainda melhor

Aliás, toda a organização do Centro do Livro e do Disco está concebida de forma a facilitar o contacto dos visitantes com a cultura e informação.

Assim, logo à entrada, uma grande planta indica a localização das principais secções do Centro do Livro e do Disco: Editorial Avante, Livro Infantil, Galeria de Arte, Discos e Cassetes, Publicações, Saldo's, Lojeca, Ponto de Encontro do Autor com o seu Público, etc. Os livros das editoras portuguesas estão expostos por temas: os livros das editoras estrangeiras (de Angola, Cuba, Hungria, Moçambique, URSS, etc.) estão expostos por países e por editoras; o livro técnico está

exposto por temas; as publicações estão expostas por títulos; os discos estão expostos por países e autores ou intérpretes.

A zona de vendas constitui um grande supermercado onde todos podem ver, consultar, folhear, os produtos expostos, assegurando-se o pagamento à saída, através de um grande número de caixas, de forma a evitar grandes bichas.

Estão previstas áreas de descanso e convívio onde os visitantes podem calmamente contactar com os seus autores preferidos, tomar notas, trocar impressões, fazer um balanço a tudo o que viram e ouvirem, etc. Está igualmente previsto um bom serviço de apoio e

assistência a todos os visitantes, proporcionando os esclarecimentos que precisem. Diariamente, à noite, está assegurada a venda de «o diário», do dia seguinte, logo após a sua impressão. Além de todo o cuidado posto e do imenso trabalho aplicado na concepção, implantação e organização do Centro do Livro e do Disco, que totaliza cerca de 25 000 horas de trabalho, cerca de 150 pessoas vão dar o seu contributo directo para o manter em funcionamento, durante três dias, fazendo um total de 480 turnos de 3,5 horas cada um. Trata-se pois de uma grandiosa manifestação cultural digna da Festa do «Avante!» e de todos os seus visitantes, afinal de tudo o Povo português.

Reportagem em Sines Uma noite na pesca para a Festa

• 400 doses de caldeirada para o Alto da Ajuda

«Então, camarada, está em forma?» — interroga o pescador, com alguma ironia.

«Sem dúvida», responde o jornalista que tenta disfarçar ao máximo aquela sensação própria de quem vai pela primeira vez ao mar, com pescadores. Mesmo a sério.

Não é uma daquelas noites de luar. Longe disso. A escuridão, num tom azul carregado, em que se chega a confundir o mar com o céu, reforça ainda mais aquele sabor de aventura, de experiência inédita.

O pequeno barco afasta-se rapidamente da praia, cortando com firmeza a ondulação. Os balanços são cada vez maiores e o jornalista, que não quer ser transtornado, ali no meio daqueles homens que tratam por tu a dura vida do mar, faz um enorme esforço para disfarçar o enjoo e a sensação esquisita (será medo?) vivida na pequena motora que ora sobe triunfante, ora desce assustadamente, num balanço ritmado, que tanto faz lembrar a montanha russa com um sofisticado sistema de suspensão, como origina as impressões e os arrepios mais diversos.

A aventura ainda mal começa e Sines estava já muito longe. Mas nós estávamos mais perto do objectivo da nossa reportagem naquele concelho de Setúbal: conhecer e compreender a vida dos pescadores, como trabalham, em que condições, quais as suas perspectivas para o futuro; contactar a experiência do dia-a-dia de muitos homens que têm no mar o sustento das suas famílias. Ir a Sines (a cerca de 150 quilómetros de Lisboa) implica obrigatoriamente a recolha de informações sobre a luta contra a poluição e a ameaça de destruição das riquezas naturais da população (a começar pelo mar), luta que já teve os primeiros resultados positivos. Tudo isto, a par da vida do PCP e da sua acção entre os diversos sectores do concelho serão temas a desenvolver num trabalho do nosso enviado a Sines, que publicaremos oportunamente nas páginas do «Suplemento».

Por agora, ficamos apenas com um breve relato da pesca: organizada por pescadores comunistas da vila, iniciativa que se repete anualmente, nas vésperas do grande acontecimento do Alto da Ajuda, tendo

como objectivo a sua contribuição — bem valiosa, diga-se desde já — para a Festa do «Avante!». Uma Festa que, como uma vez mais comprovámos, não vive apenas em Lisboa. Uma Festa que está profundamente ligada à realidade do trabalho e da luta dos trabalhadores portugueses. Uma Festa da vida do Portugal de Abril.

Sábado, dia 26. Chegámos a Sines na parte da tarde, ainda a tempo de assistir à preparação do isco (sardinha oferecida por um anónimo, de nos muitos que ajudam a Festa). Isco que foi engatado, ao longo de muitos metros de fio, em milhares de anzóis.

Depois de estar tudo em condições, fica o tempo para uma conversa e uma cerveja gelada, no centro da vila. E também para uma visita ao Centro de Trabalho do Partido, casa de intenso movimento.

À uma da manhã a tripulação volta a encontrar-se no cais e já com os equipamentos necessários (bolas de borraça, agasalhos e a merenda — coisas que nunca pesaram, como diz o nosso Povo), dirigimo-nos, num bote, para a «Charanga das Chagas», um barco de pouco mais de nove metros, pertença de Francisco António Cheinho.

A bordo seguem vários mestres, homens profundamente conhecedores da arte piscatória, mas nesta noite especial o mestre é um jovem de 29 anos, Luís Alberto dos Santos, mais conhecido por «Bengalim». É natural de Sines, anda com os camaradas do mar (é assim que os pescadores se tratam) desde os 14. No dia anterior, sábado, tinha aderido ao Partido, «onde já devia estar há mais tempo».

Após o lançamento do apare-

lho com o isco e a sua sinalização, seguem-se alguns momentos de espera. De madrugada inicia-se a recolha. Puxa-se a linha e numa boa parte dos anzóis o peixe mordeu. Um peixe muito especial de que o Luís Alberto conhece todas as «manhas» quer dizer, o engodo que mais o atrai, as zonas onde se encontra, etc. Falamos do safo, essa delícia, que estará também na Festa do «Avante!», na célebre caldeirada capaz de originar «bichas» de apreciadores. Mas vale a pena esperar... (o pargo e a abrótea também «morderam», mas o objectivo central era mesmo o safo).

Já passava do meio-dia, dum domingo cheio de sol, quando chegámos a terra. O balanço da pesca apontava para mais de 100 quilos de peixe, o que, em cálculo feito por alguns dos participantes, poderá dar qualquer coisa como 400 doses individuais de caldeirada, na Festa do «Avante!».

Depois, foi a confraternização final, ali, mesmo no cais, à volta da sardinha assada e do vinho tinto, num convívio fraterno em que foram recordadas, com animação, as diversas etapas da pesca, realizada nos mesmos moldes das jornadas de todos os dias. Uma iniciativa de militância e amizade que directamente envolveu os camaradas Francisco Augusto do Ó (Chico da Moda), Joaquim Maria Fonseca, Jacinto José, Diogo da Encarnação Guinot, Carlos Mafalda, Francisco António Cheinho, Luís Alberto dos Santos, Júlio Domingues e o deputado Carlos Espadinha, eleito pelo círculo de Setúbal.

Na altura da despedida, a opinião unânime destes homens sinceros: «Para o ano, cá estaremos».

Transmontanos!

Atenção camaradas e amigos transmontanos! No dia segundo da nossa Festa do «Avante!» — isto é **sábado dia três** — terá lugar no restaurante da Organização Regional de Trás-os-Montes um **encontro-jantar-convívio** que permitirá encontros e reencontros à boa maneira transmontana, o que quer dizer muita fraternidade, alegria e vontade de estar junto. De e de.

De nós, evidentemente.

Não há hora marcada — a referência a refer está no jantar.

E não há transmontano que falte na percepção do momento de sentar à mesa. Sobre tudo quando à volta se reparte a tal vontade de estar junto. De e de.

De nós, evidentemente.

Sábado no pavilhão da DORT do PCP, não esquecer!

PCP

Encontro das nacionalizadas

Com intervenções de 18 empresas nacionalizadas ou participadas (CP, Seguros, EDP, Quimigal, Banco Nacional Ultramarino, Setenave, Sorefame, CTM — Companhia de Transportes Marítimos, Portucel, Lisnave, Centralcar, AGA, Siderurgia, Cimpor, Petrogal, CPP — Companhia Portuguesa de Pesca, RN — Rodovias Nacional e Banco Borges & Irmão) e outras intervenções de ordem geral sobre as nacionalizadas e a situação política, designadamente da parte do camarada Octávio Pato, membro do secretariado e da comissão política do Comité Central do PCP, decorreu sexta-feira, 25, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma reunião de quadros do sector empresarial do Estado. Mais de uma centena de camaradas dos secretariados de células, membros de comissões de trabalhadores e sindicais, bem como elementos dos executivos das comissões concelhias e sectores da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP debateram durante cerca de três horas e meia os problemas mais preocupantes das empresas nacionalizadas e participadas pelo Estado. Concluindo pela necessidade de actuar urgentemente e com vigor na defesa das nacionalizações (alicerce económico das liberdades e do regime democrático) os camaradas do sector nacionalizado pronunciaram-se a favor de várias medidas práticas no sentido de preparar convenientemente o próximo Encontro Nacional das Organizações de Trabalhadores dessas empresas a realizar em 8 do corrente, no Clube Ferroviário, junto à Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, como anunciamos noutra local desta edição.

As intervenções, que ocuparam praticamente todo o tempo da reunião iniciada pelas 19 e 30, incidiram sobretudo na péssima situação económica social e financeira da quase totalidade das grandes empresas ali representadas pelos membros de organizações dos trabalhadores. O Governo «AD» e a sua política de afundamento do sector nacionalizado para mais facilmente entregar tudo o que pode dar lucro (e dá) ao grande capital financeiro (Mellos, Espírito Santo, Pinto de Magalhães, etc.) foi mais uma vez denunciada em pormenor, empresa por empresa, incluindo situações pontuais escandalosas, nomeadamente no que respeita a má gestão, compadrio, corrupção, e desprezo completo pela participação organizada dos trabalhadores na vida empresarial, para salvaguarda dos postos de trabalho e do futuro das empresas e das nacionalizações. Foram enunciados vários casos concretos de deliberada falta de investimentos, do papel negativo da banca dos gestores «AD», do desprezo absoluto pelos preceitos constitucionais aplicáveis, de situações de tesouraria próximas da ruptura, da falta de pagamento de salários a tempo e horas e do papel que as organizações de trabalhadores continuam a desempenhar evitando a degradação total, lutando pela contratação colectiva, denunciando publicamente, e na medida do possível, situações ilegais que abrem caminho ao desmantelamento completo das empresas, como é o caso flagrante da Rodoviária, novamente paralisada não apenas pela manutenção de regalias sociais constantes do acordo de empresa, mas também pelo futuro da própria empresa como unidade nacio-

nalizada que este Governo quer desfazer, como tenta aliás com outras, nomeadamente a Petrogal.

A preparação do Encontro de 8 do corrente, no seguimento de dois outros realizados com êxito no ano passado, é naturalmente o foco das atenções destes últimos dias que restam aos representantes dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas para uma preparação conveniente, designadamente no sentido do esclarecimento, mobilização e recolha de dados para a elaboração de documentos e *dossiers* sobre as empresas nacionalizadas e participadas, a fim de serem entregues aos órgãos de soberania, principalmente aqueles que podem intervir positivamente contra o desmantelamento progressivo do sector empresarial do Estado.

DORP

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP realizou no passado dia 26 a sua 3.ª reunião plenária de 1982, tendo analisado em pormenor as questões centrais da actualidade política.

Entre outros aspectos, a DORP examinou a ofensiva da «AD» contra as transformações democráticas e os perigos da aliança da reacção com o PS/Mário Soares. O debate concluiu da necessidade de demitir o Governo e de ser dada a palavra ao povo em novas eleições.

«Tal como em 1980, o Governo da «AD» começa a lançar-se em força num plano de demagogia eleitoral», denuncia a DORP, que analisou também várias questões relacionadas com as próximas eleições para as autarquias, nas quais a APU concorrerá no distrito do Porto em todas as freguesias e concelhos.

A DORP reclama, entretanto, a demissão do governador civil do Porto, a cuja actuação prepotente, ilegal, provocatória e fascizante, se junta agora a acusação de envolvimento directo em desvio de dinheiros públicos.

«60 anos de luta»

A exposição comemorativa do 60.º aniversário do PCP, que milhares de pessoas tiveram a oportunidade de admirar no Pavilhão dos Desportos e, também, na «Festa do Avante!» do ano passado, que esteve já patente em várias cidades do mundo, está agora reunida numa magnífica publicação com mais de mil ilustrações a preto e branco e 190 páginas com fotos a cores.

É certo que Um livro não consegue, na sua limitada cintura, exprimir todo o grandioso de uma exposição que brilhou quase tanto pelo color e emoção como que era vista como pela valiosíssima documentação histórica apresentada. Mas, consegue transmitir a recordação desse acontecimento. Consegue transmitir a todos que a ela assistiram, bem como aqueles que dela só guardam uma referência jornalística a riqueza informativa que ela patenteava.

São essas as grandezas e fraquezas de qualquer bom livro. Ao contar, ele recria. Não reproduz fielmente as cores, os

sons, os cheiros que vivemos numa determinada situação, limitando-se a sugerir os ambientes. No entanto, essa sugestão, quando feita com arte, tem um poder interior tão forte como o da situação descrita.

«60 Anos de Luta» é um livro desse estilo.

É um livro indispensável ao activista político, ao militante comunista e a qualquer pessoa que se interesse pela história do movimento operário.

«60 Anos de Luta» além de dar uma panorâmica total da exposição aparece enriquecido com um anexo cronológico, onde estão fixadas as datas mais significativas do movimento operário português e mundial.

De 1830 a 1980, são seis dezenas de páginas que nos permitem seguir as lutas — nem todas vitórias, mas sempre heróicas — que foram traçando o caminho da emancipação dos explorados e oprimidos.

«60 Anos de Luta» fala já do Portugal de Abril. Ele traça o itinerário da resistência ao fascismo e conta a epopeia da libertação.

Marx e Engels — Obras Escolhidas

Karl Marx e Friedrich Engels reelaboraram criticamente todas as melhores conquistas do pensamento humano no domínio da filosofia, da economia política e do socialismo, generalizaram a experiência de muitos séculos de luta das classes oprimidas e criaram a doutrina que recebeu o nome de um dos seus fundadores — o marxismo.

A presente edição das Obras Escolhidas em três tomos (da que agora se publica o primeiro volume) inclui os mais importantes trabalhos de Marx e Engels em que se expõem as três partes constitutivas da sua grande doutrina revolucionária — a filosofia-marxista, a economia política, a teoria do comunismo científico.

A presente tradução portuguesa foi feita a partir dos textos publicados em Karl Marx e Friedrich Engels Werke, edição do Institut fur Marxismus-Leninismus beim ZK des SED, Dietz Verlag, Berlin, 1965-68 (MEW). O trabalho editorial e de tradução da publicação em português foi dirigida por um colectivo composto por: José Barata

Moura, Eduardo Chitas, Francisco Melo e Alvaro Pina.

A obra de Marx e Engels continua extremamente actual. Passado pouco mais de um século de ter sido escrita, pode afirmar-se que ela se universalizou. Não há hoje domínio algum do pensamento, da ciência, da arte que não se tenha enriquecido com a análise marxista. Mesmo os que politicamente se colocam em posições antagónicas às do marxismo foram obrigados a aprender com Engels.

A actualidade do marxismo não se limita, porém, à reflexão filosófica. O marxismo contri-

Colóquios

Colóquios e debates sobre os mais diversos temas serão prato forte da Festa. Chamamos particularmente a atenção para os seguintes:

Sexta-feira/21.00/Auditório Central — **Carlos Brito** sobre «A Revisão Constitucional»; **sábado/18.00/Auditório Central** — **Carlos Costa, Martins Coelho e Luís Sá** sobre «O PCP e as Eleições Autárquicas»; **sábado/21.00/Auditório Central** — **Octávio Pato** sobre «A Situação Política Actual».

Outros colóquios previstos: **Domingo/14.30/Auditório Central** **Zita Seabra** e «O Projecto-Lei do PCP sobre Protecção e Defesa da Maternidade, Planeamento Familiar e Interrupção Voluntária da Gravidez»; **Sexta-feira/20.00/Auditório de Audio-Visuais, Alvaro Pina, J. Barata Moura, Eduardo Chitas e Francisco Melo** com «Edição Portuguesa das Obras Escolhidas de Marx e Engels — apresentação do I volume»; **Domingo/16.00/Auditório de Audio-Visuais** com «Trabalhadores Científicos e a Paz»; **Sábado/16.00/Auditório de Audio-Visuais Aurélio Santos, Zeferino Coelho, F. Melo, Serrão e Rogério Ribeiro** com «60.º Aniversário do PCP — Apresentação do Livro»; **Sábado/18.30/Audi-**

tório de Audio-Visuais **Zita Seabra, Gabriel Gomes e Taurina Zuzarte** com «Previdência, Pensões e Saúde».

E ainda **Sábado/20.00/Auditório de Audio-Visuais Albano Nunes** com «Situação Internacional»; **Domingo/11.30/Auditório de Audio-Visuais Silva Graça, Apolónio e Abílio Fernandes** com «Problemas nas cidades de Lisboa e Évora e Apoio aos Reformados»; **Sexta-feira/21.30/Auditório de Audio-Visuais Eugénio Alves, Pedro Cid, Fialho Oliveira e João Paulo Guerra** com «A Comunicação Social e o Regime Democrático»; **Domingo/21.00/Auditório de Audio-Visuais, «Ecologia e Bacia do Tejo»; Sábado/17.00/Video-Teatro Carlos Pinhão** com «Futebol Profissional, Campeonato do Mundo»; **Sábado/20.00/Video-Teatro Mário Castrim, Joaquim Furtado, Vítor Melo Esteves, Luís Filipe Costa e Cecília Neto** com «A TV, que Tememos»; **Sábado/11.30/Auditório da Juventude**, sobre «Literatura Policial»; **Sábado/21.00/Auditório da Juventude** «Debate de Jovens Escritores» e **Domingo/11.00/Auditório da Juventude, Silva Graça** sobre «Livro Negro das Autárquias».

O Auditório de Audio-Visuais fica no Pavilhão Central.

Festas dos jornais irmãos «Neues Deutschland» e «Unsere Zeit»

Em representação do PCP e do «Avante!», o camarada José Cavaco, membro do Comité Central, esteve recentemente nas Festas dos jornais irmãos «Neues Deutschland» (RDA) e «Unsere Zeit» (RFA), órgãos, respectivamente, do Partido Socialista Unificado Alemão (PSUA) e do Partido Comunista Alemão (DKP).

A tradicional Festa do «Neues Deutschland» realizou-se em 12 e 13 de Junho, em Berlin. Juntamente com os outros representantes estrangeiros, o camarada José Cavaco participou numa visita à cidade, tendo contactado vários aspectos da realidade socialista no âmbito do desenvolvimento da capital da RDA. Teve ainda oportunidade de visitar a região agrícola de Neubrandenburg e a bela cidade de Leipzig, onde concretizou um diversificado programa cultural e político. Os complexos industriais e a actividade tipográfica (70 por cento de tudo o que é feito neste sector sai das oficinas de Leipzig), foram áreas visitadas em pormenor pelas delegações estrangeiras.

Na Alemanha Federal, a Festa do «Unsere Zeit» foi um destacado acontecimento político, reunindo milhares de pessoas num ambiente de viva amizade e solidariedade internacionalista.

Com uma participação crescente de ano para ano, a Festa foi em 1982 a melhor de sempre, como salientaram os camaradas alemães.

Duisburg, zona do grande monopólio Thyssen (siderurgia e metalomecânica pesada), onde trabalham milhares de pessoas, acolheu o convívio popular organizado pelos comunistas, nos dias 18, 19 e 20 de Junho, e que decorreu sob o lema «Pela paz e o trabalho», temas de vibrante actualidade. «Pela paz» porque a Alemanha

alberga um dos mais perigosos arsenais de guerra (existem equipamentos sofisticados em praticamente todas as regiões do país, instalados pelos EUA). «Pelo trabalho», porque a situação de instabilidade no emprego e de desemprego cresce a um ritmo alarmante. Após o encerramento de muitas empresas (com dezenas de trabalhadores (pequenas e médias unidades), começaram também a fechar empresas com mil trabalhadores e mesmo mais.

O programa das delegações estrangeiras abrangem a participação em diversas iniciativas, nomeadamente numa visita à cidade de Duisburg, na jornada de abertura da Festa (saudação especial do director do «Unsere Zeit»), na recepção especial do presidente da Câmara Municipal

de Duisburg à direcção do DKP e às delegações e no comício-debate com o camarada Herbert Mies, presidente do DKP.

Num local da Festa próprio para debates, José Cavaco deu uma entrevista sobre a situação portuguesa.

O pavilhão português, organizado por trabalhadores comunistas emigrados, foi um ponto muito concorrido da Festa. Além da exposição e venda de materiais diversos relativos a Portugal e à luta dos comunistas portugueses, funcionou um restaurante onde a sardinha assada e a carne de porco à alentejana foram sensação.

A Festa do «Unsere Zeit» reuniu participações da Europa Ocidental, Europa Socialista, África, Ásia e América do Norte, do Centro e do Sul. No comício de solidariedade internacional usaram da palavra camaradas do Vietnam, Salvador, África do Sul, Cuba, Turquia e Palestina.

Mikis Theodorakis, conhecido compositor grego, foi o nome sonante dos espectáculos da Festa.

Zambujal Rendas à venda

Estarão à venda na Festa lindíssimas rendas feitas pelas mulheres do Zambujal — mais propriamente da Cooperativa da Freguesia de S. João do Tojal; estas obras têm estado expostas (todos os dias) na própria localidade, prevendo-se largo sucesso na iniciativa dada a excelente qualidade dos produtos que irão estar patentes aos visitantes desta Festa do «Avante!»/82.

Pormenores de geografia? Zambujal pertence a Loures Ocidental. «Zona» de Lisboa no país que é a Festa. É fácil de encontrar.

O Cosmos na Festa

Terá direito a pavilhão próprio na Cidade Internacional uma **Exposição Sobre o Cosmos**. Ali se poderá apreciar a política seguida pelos países socialistas na utilização do espaço cósmico para fins pacíficos, virada para o progresso da Humanidade.

Os voos de tripulações mistas internacionais realizados com a participação de astronautas da Polónia, Hungria, Checoslováquia, Bulgária, Roménia, Cuba, Vietname e Mongólia emparceirando com equipas soviéticas, terão particular relevo nesta Exposição.

Podemos adiantar como «aperitivo» que estarão patentes ao público materiais utilizados pelos astronautas no voo conjunto sovieto-húngaro, desde a simples «lancheira» aos mais sofisticados aparelhos! Não perca!

Apelo aos reformados

Atenção camaradas e amigos reformados! O vosso pavilhão na Festa do «Avante!», necessita de gente para lá estar a trabalhar durante os dias da Festa! Se estão em condições de responder a este apelo dirijam-se directamente ao pavilhão, que se apresentará com algumas novidades e desenvolvendo uma maior actividade.

A vossa presença é urgente e indispensável. Poderão também contactar os organismos de associação dos reformados, nomeadamente o MURPI.

Terra

Intensificar a luta de massas e desenvolver a produção

• tarefa da Reforma Agrária

A exigência de pôr definitivamente termo aos desmandos desta política ruinosa e deste Governo, condição necessária para ultrapassar os graves problemas e dificuldades por ele criados ao povo e ao País, constituiu uma reclamação central da 6.ª Conferência da Reforma Agrária, realizada na cidade de Évora em finais de Maio último e que consta das conclusões aprovadas por unanimidade pelos 2710 delegados presentes. Conclusões que não só se mantêm na ordem do dia como viram ganhar, pelos recentes acontecimentos, uma nova e urgente actualidade: a demissão do Governo reaccionário da «AD» tornou-se um imperativo nacional, hoje reclamado de Norte a Sul pelos mais diversos sectores da vida democrática. Para atingir tal objectivo, no que diz respeito à zona da Reforma Agrária, a Conferência apontou claramente um caminho: o da organização e unidade dos trabalhadores; a intensificação da luta de massas; e o desenvolvimento da produção como forma de resistência. Mas não se resumem a este grande objectivo as conclusões apuradas pelos trabalhadores e técnicos agrícolas. Fruto de um intenso e cuidado trabalho preparatório, do



amadurecimento das mais diversas questões, do acumular de experiências de sete anos de trabalho e luta, da própria forma como decorreram os trabalhos, as conclusões da Conferência reafirmaram e provaram, com números e factos, dois outros aspectos essenciais. Um, é de que apesar das condições tremendamente difíceis impostas pela violenta e feroz ofensiva dos governos de direita que já dura há seis anos, a Reforma Agrária constitui a única alternativa viável nos campos do Sul e as UCP's são a forma de organização de exploração agrícola mais adequada às condições concretas do Alentejo e Ribatejo e a que melhor responde à vontade e aspirações do proletariado agrícola. O outro aspecto, mostra-nos que os latifúndios, esse regime de exploração da terra caduco e retrógrado, nada mais tem para oferecer senão desemprego, miséria e fome.

São pois, dessas importantes conclusões, hoje precioso instrumento na luta quotidiana dos trabalhadores agrícolas, que a seguir deixamos breves excertos de acordo com os seis temas que serviram de base à discussão durante as sessões plenárias da 6.ª Conferência da Reforma Agrária.

I – Reforma Agrária conquista de Abril

«(...) Continuum de pé, vivas, produzindo e lutando 415 UCP's que ocupam uma área de 528 000 ha e nas quais labutam 25 mil trabalhadores, agricultores e técnicos.

«(...) A 6.ª Conferência constatou que a ofensiva tem presente os dois novos e perigosos aspectos: o leilão de terras das UCP's e a sua asfixia financeira através da penhora de bens, do roubo da cortiça e de outros produtos.

A Conferência considera ilegais e não reconhece qualquer legalidade ou validade quer aos leilões de terras, quer às penhoras. Apela aos trabalhadores para que defendam a cortiça, organizem a luta e defendam com determinação as terras e bens das UCP's. Exorta os trabalhadores a recorrerem para os tribunais, a dirigirem-se aos órgãos de soberania e apelarem à solidariedade da classe operária, dos trabalhadores e democratas portugueses e suas organizações.

A 6.ª Conferência aponta como objectivos de luta prioritários no actual momento: a anulação de todos os leilões e roubos de terras; a anulação de todos os processos de execuções fiscais (penhoras); o acerto de contas entre as UCP's e o Estado; o direito à livre extracção e comercialização da cortiça e revogação do decreto-lei roubo da cortiça.

«O Militante» na Festa do «Avante!»

Mais uma vez o Boletim de Organização do Partido estará presente na Festa do «Avante!» com um pavilhão contendo:

- Exposição política** – quadros, gráficos e mapas sobre:
- Resultados da Campanha de Recrutamento «mais de 5 mil novos camaradas até fins de Junho».
 - As células da empresa
 - Composição social, etária e outros dados orgânicos do Partido
 - Os Centros de Trabalho do Partido

Debates e conversas

- Sobre questões de organização do Partido, com a presença de membros da Comissão Central de Organização

Banca de Vendas

- Todos os números de «O Militante»
- Coleções de «O Militante» (brochuras)
- Livros sobre os Congressos e Conferências do Partido
- «Sobre a célula de empresa» – edição «O Militante»
- Emblemas do Partido
- Programas da Festa e outros materiais

Inscrições no Partido: preenchimento de fichas de inscrição provisória dos amigos e simpatizantes que queiram tornar-se militantes do Partido.



ca; a abertura de créditos às UCP's; a execução dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo (...).

Ações a desenvolver para a defesa da Reforma Agrária

- Em cada distrito os Secretariados convocarem um plenário com os trabalhadores das UCP's mais atingidas;
- Cada concelho organizar um trabalho de contactos com os agricultores, para análise conjunta da situação. Desenvolver as formas de colaboração concretas já existentes entre os agricultores e as UCP's através das cooperativas de comercialização, oficinas, lagares e na luta por objectivos comuns;
- Organizar e mobilizar os desempregados para o combate contra o desemprego;
- Organizar a vigilância nas UCP's. Elas são legais, são uma conquista revolucionária do 25 de Abril e ninguém tem o direito de as invadir. Devem ser defendidas com determinação;
- Onde houver leilões de terras, reservas e penhoras de bens, mobilizar os trabalhadores para concentrações que desmascarem e impeçam a ilegalidade;
- Paralisações de toda a Reforma Agrária com concentrações nas estradas e noutros locais e brigadas a distribuírem documentos;
- Solicitar ao Presidente da República que receba uma delegação da 6.ª Conferência da Reforma Agrária (...).

II – Destruição das UCP/Cooperativas é inconstitucional, arruína a agricultura, provoca desemprego e miséria

«(...) Até 31/12/81 tinham sido usurpados à Reforma Agrária 602 mil ha, correspondentes a 53 por cento das terras inicialmente ocupadas. 135 UCP's/Cooperativas Agrícolas foram completamente destruídas e liquidados 40 mil postos de trabalho. Mais de dois mil trabalhadores foram espancados e António Maria Casquinha e José Geraldo assassinados em Montemor. Em dois anos os Governos AD destruíram mais de 62 por cento do total das UCP's/Cooperativas Agrícolas desaparecidas e roubaram mais de 59 por cento de todas as terras retiradas à Reforma Agrária desde o início da ofensiva.

As ilegalidades continuam

Os leilões de terras, numa das novas linhas de ataque, são também eles claramente ilegais: o Dec.-Lei 11/78 de 27 de Maio que o MACP diz estar a cumprir, aplica-se apenas à entrega para exploração da terra expropriada que à data da sua entrada em vigor não tinha sido entregue. Não permite tirar às UCP's/Cooperativas a terra que exploram de acordo com os Decs.-Lei 236-A/75, 406-A/75 e 406-B/75 e cujo direito de posse útil foi reconhecido pela Constituição.

Os trabalhadores têm, portanto, toda a legitimidade para resistir e combater os leilões de terras (...).

Os processos de execuções fiscais. As penhoras de bens

A 6.ª Conferência constatou que o Estado deve às UCP's/Cooperativas mais de 16,5 milhões de contos, isto é, mais do que devem as UCP's.

Em dois anos os Governos da «AD» destruíram mais de 62 por cento do total das UCP's/Cooperativas desaparecidas e roubaram mais de 59 por cento de todas as terras retiradas à Reforma Agrária desde o início da ofensiva.

Apesar disso o Governo AD, ao mesmo tempo que não reconhece as suas próprias dívidas, tem ameaçado os trabalhadores com processos de execuções fiscais exigindo o pagamento das suas dívidas ao Estado, designadamente ao CAE e à Caixa de Previdência. (...)

A exigência do acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas que os trabalhadores têm vindo a exigir é uma posição justa que se deve manter.

O roubo da cortiça

O roubo da cortiça, prosseguido hoje com o Dec.-Lei 189-C/81 é uma autêntica operação de extorsão dos dinheiros das UCP's/Cooperativas. O Estado retem mais de 2,5 milhões de contos de cortiça pertencente aos trabalhadores e que o Governo AD através dos mais diversos cambalachos e corrupção, está a entregar ilegalmente aos agrários (...).

A 6.ª Conferência confirma a justa decisão das UCP's/Cooperativas de não iniciarem a campanha de 1982 sem terem garantias da cortiça lhes ser paga, de ser libertada a sua comercialização, dispondo-se em contrapartida a pagarem ao Estado uma taxa a acordar sobre o valor da cortiça vendida.

A AD continua a não respeitar as decisões dos tribunais

115 Acórdãos decididos pelo STA a favor das UCP's/Cooperativas dos quais 99 são Acórdãos finais e 16 são Acórdãos de suspensão de executividade dos actos. Mais de 19 já transitaram em julgado, sem que nenhum deles tivesse sido executado pelo Governo (...).

Prossegue a sabotagem dos agrários com a cobertura da AD

Mais de 400 toneladas de azeitona por apenhar, só no distrito de Évora; abertura criminosa de barragens como as do Vale de Moura, Azinhalinho, Lagos e outras; abandono de instalações como as vacarias da herdade de Grous ou do Vale d'Água; arranque de oliveiras novos, gado que morre à fome como na herdade do Vale, são alguns dos muitos exemplos da sabotagem dos agrários contra a qual a AD e o MACP nada fazem. (...)

III – Organização, gestão e vida interna das UCP's/Cooperativas Agrícolas

A Conferência concluiu que os efeitos da prolongada ofensiva contra a Reforma Agrária trouxeram novos problemas à organização das UCP's/Cooperativas e agravaram outros existentes como dificuldades financeiras e de tesouraria.

A 6.ª Conferência realçou o enorme esforço para levar à prática algumas das mais importantes conclusões da anterior Conferência. Registraram-se avanços e melhorias no sector da contabilidade: mais de 250 UCP's/Cooperativas têm as suas contas e balanços devidamente organizados e em dia, desde escritas ainda rudimentares até Cooperativas que já recorrem a um centro de processamento de dados. (...)

A 6.ª Conferência realçou o facto de, apesar das condições difíceis em que são obrigadas a actuar, a esmagadora maioria das UCP's/Cooperativas terem os seus órgãos sociais a funcionar e uma intensa vida democrática, de que são expressão o facto de mais de 2500 trabalhadores participarem nos diferentes órgãos sociais e terem realizado em 1981 mais de 3500 plenários e o número de reuniões de direcção ultrapassar os 15 mil.

Na Reforma Agrária vive-se uma real participação colectiva e democrática na tomada de decisões, nas orientações que se traçam e na sua execução (...).

A Conferência realçou o facto de em algumas UCP's/Cooperativas e em resultado da ofensiva do Governo AD centenas de trabalhadores estarem a trabalhar por vezes meses seguidos sem receber salário ou recebendo um salário inferior ao normal ou ao estabelecido no contrato de trabalho. Isso significa uma atitude revolucionária que cumpre sublinhar.

Quanto aos Secretariados e Unões a 6.ª Conferência reconhecendo o elevado mérito do seu trabalho aponta as seguintes tarefas no sentido de se reforçar estas importantes estruturas coordenadoras da Reforma Agrária: chamar aos Secretariados e Unões, onde ainda não foi feito, mais e novos quadros; trabalhar para que todos os distritos tenham a sua estrutura de coordenação e representação distrital; melhorar a programação de trabalho de cada dirigente, a coordenação entre todos e o acompanhamento de trabalho de cada um (...).

IV – Reforma Agrária — Alternativa para se produzir mais e melhor

A 6.ª Conferência constatou não só o alargamento registado na área cultivada – contra os 8 ha em cada 100 cultivados no tempo dos agrários, os trabalhadores nos mesmos 100 ha, cultivam 36 – como ainda o início de uma forte política de investimento que veio permitir, em paralelo, nitida dinâmica de crescimento da produção unitária. A área de regadio que na altura das ocupações rondava os 9 mil ha, mais que duplicou e em Dezembro de 1981, apesar de todos os roubos, já ultrapassava os 10 mil ha. Os níveis de utilização de fertilizantes, pesticidas e herbicidas, bem como o recurso a sementes de qualidade,

Dos cerca de 600 mil hectares de terra roubados às UCP's/Cooperativas os agrários apoiaram-se de 92,3 por cento dessas terras e os agricultores que se deixaram manipular receberam a miséria de 7,5 por cento sem quaisquer garantias.

foram fortemente incrementados. Dos 3700 tractores e ceifeiras inicialmente existentes, passou-se para 7300, restando ainda em 1981 nas UCP's/Cooperativas mais de 4100 unidades. Isto é, apesar do continuado saque, as UCP's/Cooperativas, em apenas seis anos, conseguiram formar um parque de equipamento substancialmente superior ao que os agrários possuíam. (...).

Organizar o trabalho reforçar a produção

A 6.ª Conferência apontou a necessidade de nas UCP's/Cooperativas se organizar correctamente o trabalho e de não se regatear esforços para se produzir; de se utilizarem as técnicas correctas e de se recorrer o mais possível ao apoio técnico qualificado, sob o tema: **Produzir é resistir.**

No que se refere ao binómio produção forrageira-pecuária a 6.ª Conferência apontou a necessidade de se continuar a política de incremento da quantidade e da melhoria da qualidade de produção forrageira, única forma rentável de fazer face a um encabecamento, que apesar de já bastante aceitável, poderá ainda ser aumentado.

A 6.ª Conferência apontou a justeza da orientação seguida quanto ao máximo aproveitamento das áreas regadas e quanto ao aumento da disponibilidade da água para rega e à melhoria de apudão das terras a beneficiar. (...)

V – Agricultores – Que futuro?

O encarecimento constante e brutal dos preços dos factores de produção; o aviltamento dos preços dos produtos da lavoura; o incentivo à actuação parasitária de intermediários; a eliminação da generalidade dos subsídios e as dificuldades nos dois que se mantêm; a eliminação na prática do crédito para os pequenos camponeses; o encarecimento da saúde e o agravamento dos descontos para a Previdência; a permissão de centenas de milhares de hectares de terras dos latifúndios incultos; o estrangulamento financeiro, são, entre outras, formas diferentes de acção política da AD concertadas com o objectivo de destruir as unidades de produção da RA e as pequenas explorações camponesas.

Neste contexto a 6.ª Conferência sublinha que o Governo AD pretende usar os agricultores como ponta de lança contra os trabalhadores das UCP's/Cooperativas na certeza de que, uma vez destruídas estas, seria mais fácil levar por diante a sua política de reconstituição dos latifúndios, expulsando os pequenos agricultores. (...)

A esmagadora maioria dos agricultores alentejanos e ribatejanos têm-se negado a ser instrumentos do Governo AD na sua ofensiva contra as UCP's que já provocou o desemprego para cerca de 30 mil trabalhadores e enormes danos à produção. (...)

Os números provaram que são os agrários que ficam praticamente com todas as terras roubadas às UCP's. Segundo o balanço dos 600 mil hectares tirados à RA, os agrários e seus homens de mão (intermediários e falsos agricultores) apoderaram-se de 92,3 por cento dessas terras e os agricultores que se deixaram manipular receberam a miséria de 7,5 por cento dessas terras sem quaisquer garantias. (...)

Estreitar a colaboração entre agricultores e UCP's

Apesar das dificuldades que à RA atravessa devido à política ruinosa do Governo AD, as UCP's têm colaborado e ajudado mais os agricultores do que os governos de direita alguma vez o fizeram. A cooperação tem-se concretizado quer através das Cooperativas de comercialização, oficinas e lagares que através da ajuda com máquinas, mão-de-obra, sementes e adubos.

Só a Reforma Agrária que ajude trabalhadores e agricultores

Trabalhadores

Sumário das lutas

• **Rodoviária Nacional (RN)** — O secretariado da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU) anuncia sexta-feira, 24, novas paralisações na RN. Quatro períodos de 24 horas entre as 3 horas de 29 de Junho e a mesma hora do dia seguinte, entre as mesmas horas dos dias 1 e 2 do corrente, mesmo período a iniciar no dia 5 e outro no dia 7 de Julho em curso. Na sequência da luta travada na empresa, a FESTRU assinala que «os trabalhadores da Rodoviária Nacional não estão dispostos a oferecer a sua estabilidade de emprego e outras garantias tão duramente conquistadas no passado em troca de uma pretensa actualização salarial que nem sequer repõe o seu poder de compra. E muito menos estão dispostos a andar a reboque de escuras negociações entre Governo, conselho de gerência e divisionistas». O comunicado da FESTRU é de 24 de Junho findo.

• **STCP (Transportes Colectivos do Porto)** — Prosseguiu até sexta-feira, 24, novo período de paralisações (5 dias) em luta por equiparação de salários e outras regalias relativamente à tabela recentemente conquistada pelos trabalhadores da Carris de Lisboa.

• **Cometna** — As Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORTs) da Cometna, que tinham novas paralisações marcadas para 24 e 25 de Junho findo, emitiram um comunicado depois de uma reunião com a administração da empresa que acusam de estar de «costas voltadas para a realidade da empresa». A administração da

Informação sindical

• **Encontro das nacionalizadas** — Uma comissão promotora encabeçada pela CGTP-IN anunciou para quinta-feira próxima, dia 8, um «encontro nacional das organizações dos trabalhadores» das empresas nacionalizadas, designadamente com o objectivo de «discutir as formas de luta adequadas à defesa das nacionalizações». O encontro, que está a ser dinamizado dentro das empresas, é promovido, além da CGTP e das Unões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal, por 11 Federações sindicais (Ferroviários; Rodoviários; Pescas; Telecomunicações; Indústria Alimentar; Celulose, Gráficos e Imprensa; Indústria Química e Farmacêutica; Cerâmicas; Indústrias Eléctricas; Comércio; e Metalúrgicos) pelas Cintas Industriais (CII e CIS) e pelas comissões Coor-

denadoras das CTs da Banca e da Indústria Naval.

• **Segurança Social de Setúbal** — Os membros do Conselho Regional de Setúbal da Segurança Social, há dois anos à espera de tomarem posse, «denunciaram a atitude do secretário de Estado, Bagão Félix, que ignorou completamente o pedido de audiência que oportunamente lhe tinha sido feito» por aqueles membros do Conselho, que deram uma conferência de Imprensa na última sexta-feira, na Câmara Municipal de Setúbal. Segundo um telex desse dia, os elementos do Conselho Regional «denunciaram junto das populações e dos utentes a atitude caprichosa e prepotente da sra. Irene Aleixo, presidente do Centro Regional de Setúbal de Segurança Social, a pessoa que por lei deve empossar o Conselho». Essa senhora, «da

confiança do Governo AD, é presidente do Centro Regional para gerir os dinheiros dos trabalhadores como fundo de manóio para programas eleitorais a favor da AD».

• **Deliberação da OIT** — «A CGTP-IN congratula-se com a deliberação de 18 do corrente (Junho) da comissão de verificação de poderes da Conferência Internacional do Trabalho, que, uma vez mais, reconheceu o seu direito de indicar o delegado dos trabalhadores e censurou o Governo português por ter nomeado um representante da chamada «UGT». A CGTP-IN, que emitiu para o efeito um comunicado, transcreve o parecer daquela Comissão.

• **Primeiro Congresso dos Jornalistas** — A comissão organizadora, que mantém aberta a inscrição de jornalistas que

dela pretendam fazer parte, terminou a discussão do projecto de regulamento do Congresso previsto para decorrer em Lisboa entre 29 e 31 de Outubro do ano corrente.

• **Reestruturação do sector comercial** — Protestando por o Governo ter formado «um grupo de trabalho exclusivamente com representantes da CCP» (Confederação Portuguesa do Comércio, organismo patronal) para «apoiar uma racional reestruturação do sector», a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços chama a atenção para «mais este elucido exemplo da natureza de classe do actual Governo: para racionalizar e reestruturar o sector do comércio português ouve e cumpre o que ordena o grande patronato do sector. Exclusivamente», sublinha a Federação.

poderá criar as condições para que no futuro haja nos campos do Sul uma vida melhor para todos os que verdadeiramente produzem e trabalham a terra. (...)

VI – Trabalhadores da agricultura organizados e unidos na luta

A 6.ª Conferência sublinha ser um facto indesmentível que a Reforma Agrária, sem ofensiva, trouxe melhorias substanciais nas condições de vida dos assalariados do Alentejo e Ribatejo e das populações rurais.

Porém, com a política de destruição da Reforma Agrária, as conquistas dos trabalhadores foram duramente atingidas e degradaram-se rapidamente as suas condições de vida e de trabalho.

Como ficou demonstrado na 6.ª Conferência, em consequência da política fascizante dos Governos da AD, hoje há nos 5 distritos do

Enquanto os agrários por cada 100 hectares cultivavam 8 ha, os trabalhadores na mesma área cultivam 36 ha, ou seja, quatro vezes mais que os agrários.

Alentejo e Ribatejo cerca de 30 000 desempregados, dos quais 90% são mulheres. Dos 30 000 desempregados apenas cerca de 50% recebem subsídio. Tal como no fascismo, milhares de trabalhadores são forçados a emigrar à procura do pão fora da sua terra e da sua Pátria. (...)

Tarefas que se colocam no imediato e a médio prazo aos sindicatos e aos trabalhadores agrícolas

Continuar a empenhar todos os esforços na defesa intransigente da Reforma Agrária, conquista do 25 de Abril. Sem a Reforma Agrária não há aumento da produção, não há trabalho, o País precisa de produzir, os trabalhadores querem produzir. Os sindicatos não pouparem energias no sentido de tomarem em suas mãos, com determinação, as conclusões saídas desta Conferência, com vista a reforçar a luta e resistência em defesa desta conquista do Povo português.

Continuar a empenhar maiores esforços na luta organizada de massas contra o desemprego. Os 30 000 desempregados não devem aceitar o desemprego e a miséria em suas casas.

É necessário desenvolver com maior amplitude as manifestações. Concentrações e marchas de fome, com homens, mulheres e filhos, junto das autoridades. As terras não devem estar abandonadas e incultas, elas devem ser devolvidas aos trabalhadores e aos agricultores sem terra e postas a produzir. Os latifúndios devem ser extintos. Lá, onde se verificar sabotagem económica dos agrários como azeitona a apodrecer, gado a morrer à fome, searas a estragarem-se, os trabalhadores, apoiados nos seus sindicatos devem encetar medidas para intervir e pôr fim a essa sabotagem criminosa.

Para discutir amplamente o problema do desemprego no Alentejo e Ribatejo e encerrar formas de luta, a 6.ª Conferência da Reforma Agrária aprovou a proposta dos 5 Sindicatos Agrícolas do Sul para a realização de uma Conferência Regional sobre o desemprego, a ter lugar no mês de Setembro. (...).

Internacional

Líbano

Israel mata — os EUA negoceiam duas faces da mesma moeda

Um obus em cada dez que cai sobre a capital libanesa pertence à categoria das armas químicas — a denúncia foi feita pelo jornal soviético "Pravda" e vem somar-se a outras vindas a público que referem a utilização de bombas de fragmentação (que explodem como granadas expelindo centenas de estilhaços metálicos).

A origem do armamento é conhecida — os Estados Unidos.

E enquanto o mundo assiste horrorizado ao massacre do povo palestino e libanês, os Estados Unidos saem a terreiro para informar que já está em curso um inquérito sobre a veracidade da utilização do seu ma-

terial, uma vez que, como explicou candidamente, ele só era para usar com fins defensivos...

Mas não se ficam por aí. Explicam também a razão do seu veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas à retirada imediata do invasor sionista. Como quem ensina uma lição a alunos um pouco lentos, os homens de mão do presidente Reagan mostram que tal atitude apenas revela o interesse americano em resolver o conflito, não com tomadas de posição conjuntas como é evidente, mas negociando, como parte interessada que é, uma solução conforme os seus objectivos.

Israel invade, mata, destrói.

Os Estados Unidos negoceiam.

Os resultados começam a aparecer. O porta-voz da secretaria de Estado, Dean Fischer, revela ao mundo que "já aprovou um plano de quatro pontos que teria sido apresentado pelo governo libanês para restaurar a paz e a autoridade libanesa em Beirute Ocidental.

Assim, como quem trata de coisa sua.

O plano, segundo o porta-voz norte-americano, inclui o fim da presença armada palestina dentro e à volta de Beirute, a colocação do exército libanês na área da capital e a retirada das forças israelitas bem como de todas as forças estrangeiras de Beirute.

Um plano que a ser levado à prática significa a expulsão da OLP de Beirute, onde está ins-

tado o seu quartel-general; a entrega da capital a um exército onde se confrontam forças hostis e a favor das pretensões norte-americanas na região; e o afastamento das tropas sírias que cumprem no Líbano um mandato da Liga Árabe.

Um plano, enfim, que não só consagraria no campo político a superioridade militar de Israel, como sobretudo facilitaria a im-

posição no Médio Oriente da política belicista dos Estados Unidos.

Mas será este o plano que se pretende levar à prática? Mesmo pondo de parte o facto da OLP não ter sido vista nem achada nesta "solução" do sangrento conflito, cabe perguntar como conciliar a sua aprovação com os insistentes avisos do exército sionista à população li-

banesa para que abandone a capital "antes que seja tarde".

Se não é a exterminação física dos dirigentes da OLP que se pretende, se não é massacre total dos palestinos cercados em Beirute o que Israel deseja, então porquê os reiterados avisos à população civil para que abandone a cidade?

Os Estados Unidos são capazes de todas as manobras de di-

versão para levar a cabo os seus projectos. Os palestinos não deporão as armas na sua justa luta pela pátria que lhes foi usurpada em nome dos interesses do imperialismo norte-americano.

Que melhor solução, pois, na lógica implacável dos fazedores de guerra, do que agitar numa mão os planos de paz e desferir com a outra o golpe de morte?

Washington, política externa

O fosso que se alarga entre os EUA e o resto do mundo

A demissão de Haig reflecte uma crise bem mais vasta da política externa norte-americana. Não porque o seu afastamento implique uma significativa mudança dessa política. Em Londres, como em Nova York, aqui num importante fórum da paz, Reagan reafirmou, em termos ainda mais graves, a campanha anticomunista, acobertada de luta «antiterrorista», que marca desde o início a sua passagem pela presidência dos EUA.

Mas pelo que deixa transparecer, ao mais alto nível, de problemas e choques internos, sem dúvida também de manobras tendentes a salvar uma política universalmente condenada. Pelo que em última análise traduz do carácter obsoleto, fora das realidades, e simultaneamente muito perigoso, da actual política externa dos EUA que, convém não o esquecer, não nasceu agora com Reagan, mas encontrou no actual presidente o seu personagem.

Contraditórias embora, as notícias referentes à demissão de Haig, salientam em particular duas direcções — importantes — da política externa norte-ameri-

cana: as relações entre Washington e os seus parceiros da Europa capitalista; a política imperialista em relação ao Médio Oriente, e em particular a invasão do Líbano.

Facetas de uma política de conteúdo abertamente militarista e anticomunista, e em que hoje se destacam pontos fundamentais como — a escalada na corrida armamentista, incluindo a militarização do espaço; a ingerência sistemática em questões internas de países e povos, em qualquer zona do globo, virtualmente considerado, na sua quase totalidade, «zona de interesse vital» dos Estados Unidos.

Quem são os terroristas?

Após um encontro de duas horas e meia com Begin, o presidente norte-americano afirmou: «No Líbano, procuramos, tal como Israel, o fim da violência, e um Líbano soberano, independente, sob a autoridade de um governo central forte. Reconhecemos que Israel não deve ser vítima da violência a partir do norte. Os Estados Unidos prosseguirão os seus esforços para atingir os seus objectivos e a retirada garantida de todas as tropas estrangeiras no Líbano». Palavras quase inacreditáveis, se não nos tivéssemos já habituado a tudo esperar do imperialismo.

Porque o que se passa no Líbano é a mais brutal forma de ingerência na vida interna de um país e de um povo — pretende-se impor um governo e uma política à medida dos interesses de Tel-Aviv e da Casa

Branca. A mais brutal forma de «resolver» o problema central do Médio Oriente — a questão palestina — muito simplesmente através da liquidação física do povo palestino. Tudo isto em nome da «defesa» e até, como Reagan se atreve a afirmar, em nome do «fim da violência» com Beirute semi destruída e bombardeada, dezenas de milhares de mortos, um milhão de deslocados. Uma amostra do que quer dizer o slogan político de armar em nome da «paz».

A sangrenta manobra em curso no Líbano é entretanto ainda mais vasta, e prende-se com o pretendido alargamento das posições dos EUA em todo o Continente Africano. Assim, uma delegação norte-americana, chefiada por Jane Kirkpatrick, representante permanente dos EUA na ONU, deslocou-se nestes dias a vários países africanos — Senegal, Zaire, Togo, Ruanda e Burundi. Objectivo: o alargamento da presença militar

no continente e ainda o fomentar de contactos entre vários países africanos e a África do Sul e Israel.

Se são imensas as ambições do imperialismo, como os perigos que elas comportam — a verdade é que nessa senda os EUA se encontram cada vez mais isolados, muito embora pese a solidariedade de classe dos dirigentes dos países capitalistas. Na Assembleia Geral da ONU, como no Conselho de Segurança, onde depuseram o seu veto à expressão do repúdio generalizado da selvática agressão ao Líbano, Washington ficou isolado. Um isolamento sintomático de uma política, cujos expoentes lógicos não podem deixar de ser acontecimentos como os do Líbano.

A polémica em torno do gasoduto

Numa reunião em Bruxelas realizada esta semana pelos dirigentes da CEE, ficou ainda mais claramente expresso o fosso que se alarga entre a Casa Branca e o resto do mundo — e isto não só em relação ao socialismo, às massas trabalhadoras, ao movimento de libertação, mas muito sintomaticamente também aos seus próprios parceiros. Nesta reunião foi declarado que o veto norte-americano na ONU, relativo à invasão do Líbano, «ilustra cruelmente o isolamento de Washington e a oposição que existe entre a Comunidade e os Estados Unidos».

Uma outra questão teve peso determinante nas reuniões de Bruxelas — as relações económicas entre países capitalistas e países socialistas, a política norte-americana — também nestes domínios — de ditar as leis aos seus próprios parceiros.

Assim, foi dito que as relações comerciais entre a Europa capitalista e os Estados Unidos se encontram «num grau de deterioração muito considerável» e particularmente criticado o embargo reforçado quanto ao equipamento destinado ao gasoduto que deverá transportar gás soviético para países europeus.

Aliás, já antes de reunião agora realizada entre os países da CEE, se tinham registado firmes posições contra a medida tomada pelos EUA de proibição da exportação de componentes norte-americanos para o pipeline do gás siberiano. O presidente da CEE, Gaston Thorn, destacou que essa medida «provocará extremas preocupações nos países membros da CEE». Na RFA afirma-se mesmo que a cooperação tecnológica com firmas americanas po-

derá ser posta em causa, se Washington não anular a decisão do embargo.

Factos que confirmam uma conclusão da reunião do CAME (Conselho de Ajuda Mútua Económica, que reúne a maior parte dos países socialistas), em que se salienta que «a política de redução dos laços comerciais com o leste levada a efeito pelo presidente Reagan no encontro dos «sete» em Versalhes e na sessão do Conselho da NATO em Bona, só pode agravar as contradições da economia capitalista, uma vez que vai contra as tendências da evolução da economia mundial, e sabota as vantagens da divisão internacional do trabalho».

As armas que o «vai-vem» transporta

O «Vai-vem» espacial norte-americano Columbia transporta no espaço uma arma de natureza desconhecida — um facto divulgado no Centro Espacial Kennedy. Poucos dias antes tinha sido anunciada a criação, pelos EUA, de um alto comando militar para o espaço, Space Command, afirmando-se então — são declarações do chefe do Estado-Maior da Força Aérea dos EUA, general Lew Allen — que «as Forças Armadas americanas vão fazer maior uso do espaço nos próximos anos». O «Vai-vem» é um dos principais instrumentos desta política.

Um passo que se insere bem na lógica da política seguida pelos EUA. Mas um passo particularmente perigoso, de que a amplitude das consequências é na verdade imprevisível.

O imperialismo tem vindo a seguir uma política inequívoca: a tentativa de imposição da sua vontade a todos os povos do mundo. Na América Latina, como no Médio Oriente, no Sudeste Asiático, em África, na própria Europa capitalista. Esforços não têm faltado para penetrar mesmo em pleno mundo socialista. Os passos dados neste momento para o reforço da militarização do espaço é sintomática da tresloucada pretensão de ter o próprio planeta na sua mira.

A falência dessa política — apesar dos perigos e da extrema gravidade das situações criadas — está entretanto já à vista. O grande isolamento. A vontade de paz que se impõe e leva à mesa de conversações (na Assembleia da ONU pelo desarmamento, como agora com o retomar das conversações SART, sobre a redução dos armamentos estratégicos nucleares) os mesmo que estão a lançar todos os dados na preparação da guerra.

Argentina

Um presidente e muitas promessas

Por imposição do Exército, deverá tomar hoje posse como novo presidente da Argentina o general na reserva Reynaldo Bignone.

Um presidente que conta à partida com sérias dificuldades para a liderança da saída da crise argentina, dado que inicia a sua missão com um reduzidíssimo apoio — o do actual comando do Exército, em cuja estabilidade ninguém aposta. Com efeito, baldadas todas as tentativas para reunir o consenso entre os militares dos três ramos das forças armadas, a Força Aérea e a Armada — que defendiam a designação de um civil para a presidência até à prometida restauração do regime constitucional em 1984 — decidiram abandonar a Junta militar que assim se dissolveu. E deixar ao Exército a responsabilidade da grave crise que se vive no país.

No que se refere ao campo civil, e designadamente às forças democráticas, o passado político do novo presidente não pode deixar de inspirar sérias reservas. Bignone esteve ligado às administrações dos generais Videla e Viola e é abertamente considerado como um «anticomunista de linha dura». São também conhecidas as suas ideias a favor «do regresso à ortodoxia monetária restrita» que marcou a acção do ministro da Economia José Martínez de Hoz, o homem que levou à prática a política «recomendada» pelo Fundo Monetário Internacional.

Um documento divulgado a semana passada pela Multipartidária — uma frente da oposição Argentina — expressava de resto claramente a inquietação susci-

tada pela designação de Reynaldo Bignone. Chamando a atenção para a «perigosa instabilidade e a grave incoerência que continua a rodear o governo de facto», a Multipartidária qualificava a escolha de Bignone como um «facto lamentável e desintegrador».

O que não impediu a Multipartidária de aceitar um convite do futuro presidente para uma reunião conjunta, iniciativa considerada praticamente por todas as forças como tentativa de conseguir alguns apoios fora do Exército.

Um convite que no entanto não foi extensivo ao Partido Comunista da Argentina que, embora legal, há vários anos que não é chamado a participar em reuniões oficiais a pretexto de falta de «personalidade eleito-

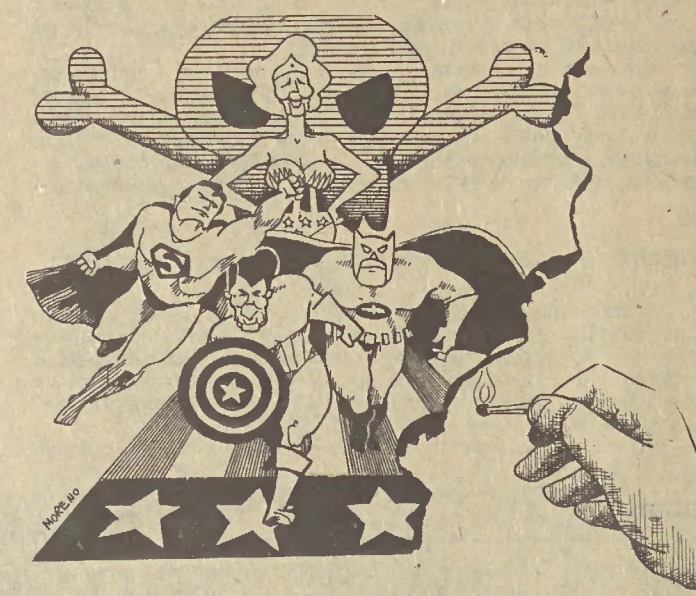
ral», argumento arranjado para excluir os comunistas.

Em tempo de promessas, o novo presidente foi prodígio. Segundo declarações dos dirigentes políticos à saída da reunião, realizada na passada quinta-feira, Bignone afirmou que a proibição da actividade política será levantada ainda durante este mês, mesmo sem a aprovação

do novo estatuto dos partidos políticos; prometeu medidas para revivificar a actividade económica e considerou como um dos problemas mais prementes o do desemprego.

A «Independência» das Malvinas

No plano internacional, o



A dama de ferro e os seus muchachos, ou vice-versa, um bando que enveredou decididamente pela senda da guerra

novo presidente anunciou a sua intenção de intensificar as relações com os países da América Latina e do Movimento dos Não Alinhados, manter a política que tem sido seguida em relação aos países socialistas, ao mesmo tempo que se continuará a reivindicar a soberania sobre as Malvinas nas organizações internacionais.

Quanto às relações com os Estados Unidos, Bignone disse que elas «adequar-se-ão às circunstâncias». Uma forma sem dúvida simultaneamente cautelosa e dúbia de referir um dos temas mais quentes em debate na Argentina, quando já não é segredo para ninguém a luta surda que se trava nos bastidores entre os que são, em especial no Exército, a favor ou contra a normalização das relações com os Estados Unidos.

Um tema que não pode ser discutido sem ter em conta as recentes declarações de Margaret Thatcher em Washington, onde se mostrou subitamente disposta a discutir «a soberania (das Malvinas) com aqueles que ali residem». Este súbito interesse pelos habitantes das Ilhas que durante dezenas e dezenas de anos não passaram de um ponto no mapa do colonialismo britânico, é por demais suspeito. E tanto mais suspeito quanto é certo estar presente na memó-

ria dos argentinos o plano norte-americano «Free Oceans» adoptado em 1980 pelo Conselho de Segurança nacional dos EUA, onde se afirma que «se a Grã-Bretanha ceder a sua soberania sobre estas ilhas (Malvinas) a nossa política deve lá assegurar prioritariamente a presença norte-americana», dado que «essas ilhas são de enorme importância estratégica para a segurança do mundo livre».

Os comentários são praticamente desnecessários. Os planos para a transformação das Malvinas em mais uma base militar norte-americana não podiam ser mais claros.

O que dá plena razão ao alerta recentemente lançado pelo Partido Comunista da Argentina que, em comunicado, fazia notar que a restituição da soberania nacional argentina sobre as Malvinas «está agora intimamente vinculada com a preservação da Paz, profundamente ameaçada por projectos de bases militares estrangeiras. A obtenção de uma paz justa para o país conjuga-se com a defesa da paz mundial, dada a evidência do plano da NATO sobre as Malvinas e o seu descarado emprego de armas sofisticadas e nucleares enalçadas contra os nossos soldados».

Saudação à FRELIMO

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Frelimo a seguinte saudação:

«Queridos camaradas
«Na passagem do 20.º aniversário da fundação da Frelimo e do 7.º aniversário da proclamação da independência da República Popular de Moçambique, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente o Comité Central do Partido Frelimo, todos os seus militantes e, por seu intermédio, o povo irmão moçambicano.

«Há vinte anos, o povo moçambicano dirigido pela Frelimo levantou-se de armas na mão pela conquista da sua independência. Nessa longa luta a Frelimo afirmou-se como vanguarda revolucionária do povo moçambicano, dirigindo vitoriosamente a sua luta heróica pela independência e, mais tarde, como partido marxista-leninista, dirigindo a edificação de uma nova sociedade orientada para o socialismo.

«Ao longo deste período forjaram-se entre o PCP e a Frelimo sólidos laços de amizade e cooperação e solidariedade que constituem a mais elevada expressão de amizade entre o povo português e o povo moçambicano cimentada no combate comum contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.

«Nesta data histórica da luta do povo moçambicano e do Partido Frelimo queremos expressar-vos a activa solidariedade dos comunistas portugueses para com a

vossa luta em defesa da integridade territorial da RPM contra as ameaças e agressões dos racistas sul-africanos, pela liquidação da pesada herança de subdesenvolvimento, pelo progresso social e o socialismo.

«A revolução do 25 de Abril em Portugal e a conquista da independência em Moçambique abriram novas e amplas perspectivas ao desenvolvimento das relações entre os nossos dois povos e países. Continuaremos a lutar por materializá-las e para que cessem definitivamente em Portugal as manobras, intrigas, e actividades hostis para com a RPM e a revolução moçambicana.

«Queridos camaradas

«Renovando os nossos votos dos maiores sucessos ao Partido Frelimo e ao povo moçambicano nas difíceis mas exaltantes tarefas em que está empenhado, expressamos-vos a nossa vontade de continuar a agir para que se estreitem sempre mais os laços de amizade, cooperação e solidariedade que unem os nossos dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos nossos dois povos e países e da nossa causa comum do progresso social, do socialismo e da paz.

VIVA O 20.º ANIVERSÁRIO DA FRELIMO
VIVA O 7.º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA RPM
VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO»

membro da Comissão Política do CC do PCP e Alvaro Rana, do secretariado da CGTP-IN.

Presentes na sessão, entre outros, o professor, Quitanilha, o general Vasco Gonçalves, o almirante Rosa Coutinho, e Margarida Tengarrinha, do CC do PCP. Sérgio Vilaginhos, da Comissão Política do CC do PCP, Foram lidas mensagens de diversas personalidades e organizações.

Nas intervenções durante a sessão foi particularmente salientada a importância das relações entre os dois povos e os dois países. A sessão terminou com a acção de Zeca Afonso e do cancionista moçambicano Mazuze.

Solidariedade

Solidariedade com o Paraguai

Perto de uma centena de artistas e intelectuais paraguaios no exílio divulgaram recentemente um manifesto à opinião pública internacional, onde se denuncia a grave situação que se vive no Paraguai, submetido há vinte e sete anos a uma feroz ditadura militar, e se apela ao apoio da comunidade internacional para a realização de uma Conferência de Solidariedade com aquele país.

O apelo, que recorda os milhares de compatriotas que desde a tomada do Poder pela ditadura chefiada pelo general Alfredo Stroessner passaram pelas prisões, alguns bem conhecidos como os professores, o economista, Alfredo Alcorta, que estiveram encarcerados durante vinte anos sem qualquer processo, chama particularmente a atenção para a situação de António Maidana, secretário-geral do Partido Comunista do Paraguai. Libertado como os restantes em 1977, na sequência de uma extraordinária campanha de solidariedade, encontra-se novamente preso no campo de concentração de Emboscada.

Conforme refere o documento, a situação no país não podia ser pior. A emigração económica e política levou já mais de um milhão de pessoas para a Argentina e meio milhão para o Brasil. A taxa de mortalidade infantil é elevadíssima, o analfabetismo é superior a 40 por cento e o desemprego afecta mais de 30 por cento da população activa. Com uma população to-

tal de três milhões e meio de habitantes para um território de 406 700 quilómetros quadrados, o Paraguai tem as suas melhores terras agrícolas nas mãos de mil e quinhentas famílias, enquanto mais de trezentos mil camponeses não têm terra.

A completar o negro panorama estão as empresas multinacionais, que exploram as riquezas paraguaias sem qualquer controlo por parte do Estado.

Semelhante situação só é possível com o recurso à mais feroz repressão. Uma repressão que vem aumentando com a aproximação das programadas eleições fraudulentas marcadas para o próximo ano, a que o general Stroessner, projecta re-candidatar-se... e ser eleito, claro.

Porém, como se afirma no apelo dos artistas e intelectuais que vem sendo referido, apesar da repressão e da perseguição, o povo do Paraguai manifesta a sua oposição ao regime. Nos últimos meses, efectuaram-se numerosas greves em várias fábricas exigindo melhores salários; os camponeses ocupam as terras dos latifundiários; a Igreja denuncia os abusos das autoridades; os estudantes lutam contra as dificuldades levantadas à entrada na Universidade. Os artistas e intelectuais que se encontram dentro do país lutam pelas liberdades públicas e pelo respeito dos direitos humanos.

Por tudo isso, os signatários apelam à opinião pública internacional para que, com o seu apoio, se rompa a muralha de silêncio que envolve as difíceis condições em que luta o povo do Paraguai.

Tropas hondurenhas em Salvador

A rádio «Venceremos», da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) denunciou na passada segunda-feira que mais de 1600 soldados hondurenhas se encontram na província de Morazan para apoiar as tropas da ditadura salvadorenha na luta contra os guerrilheiros.

Os soldados hondurenhas, transportados em helicópteros e aviões «C-47» americanos, ocuparam posições na região onde se têm registado violentos combates entre a FMLN e o exército, sem que este tenha conseguido desalojar os guerrilheiros. Foi nesta região que ainda recentemente o vice-ministro da Defesa foi feito prisioneiro pela FMLN.

De acordo com uma declaração divulgada na capital da Costa Rica, a Frente Farabundo Martí considera que o envio de tropas hondurenhas para Salvador representa o primeiro passo do plano americano de internacionalização da guerra civil em Salvador.

Os patriotas sublinham, no entanto, que a entrada em combate de tropas estrangeiras é uma clara manifestação da incapacidade do regime de El Salvador de travar sozinho a luta de libertação nacional. Por outro lado, e de acordo com notícias divulgadas pela cadeia de televisão americana «CBS», também «conselheiros» militares norte-americanos que se encontram em Salvador estão a combater ao lado das tropas regulares contra os guerrilheiros.

O inquérito sobre a veracida-

de desta notícia que o departamento de Estado americano diz ter pedido à sua embaixada em El Salvador deve destinar-se, como de resto já sucedeu em Fevereiro quando outros seis «conselheiros» foram filmados por uma equipa de televisão armada com o «M-16», a saber quem é que desta vez deverá ser «repreendido». A administração Reagan por vezes também gosta de «discrição» nas suas intervenções...

Vaga de prisões na Turquia

A semana passada terminou na Turquia com mais uma vaga de prisões, desta vez no sul. Segundo as autoridades, foram presas 106 pessoas, 17 das quais acusadas de pertencerem à «União Popular Revolucionária», que por sua vez é acusada de ter ligações com o Partido Comunista Turco.

Acusados de «criação de organização ilegal, apoio à ideologia comunista, separatismo e racismo» e de «dirigir a partir do estrangeiro actividades lesivas dos interesses da Turquia», começaram entretanto a ser julgados 30 membros do gabinete director do movimento progressista e pacifista do Comité Turco para a Paz.

Os acusados, entre os quais se conta o bastião de Istambul, Orhan Apaydin, chefe dos defensores dos dirigentes da central sindical DISK, estão sujeitos a uma pena de prisão que pode ir de oito a trinta anos. A solidariedade internacional é indispensável no combate das forças progressistas à ditadura militar turca.